



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



Educação Física

Análise do Funcionamento da Disciplina de EF.
Constrangimentos, Propostas e Soluções.

Diretor de Instalações da ESDACSF

Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira

Professor João Jorge

Índice

I - Instalações, Equipamentos e Recursos

1. Relevância e adequação dos Espaços Desportivos para a EF
2. Prioridades na ocupação dos espaços
3. Construção dos horários de EF
4. O Diretor da Escola e o Diretor de Instalações - Competências e Funções...
5. Verbas para aquisição de material desportivo
6. Referencial Axiológico da EF - Constrangimentos
7. Mais Investimento em infraestruturas

II - Flexibilidade do Programa Escolar

III - Reflexão Final - Análise SWOT



DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE

Para gestores
de políticas



por Irina Bokova,
Diretora-geral da UNESCO

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

A UNESCO é a agência das Nações Unidas com mandato para promover a educação física e o esporte por meio de ações combinadas, colaborativas e participativas, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

A nossa visão é clara: o esporte e a educação física são essenciais para a juventude, para vidas saudáveis, para sociedades resilientes e para combater a violência. Porém, isso não acontece por si só: é uma ação governamental que conta com o apoio da comunidade internacional. O direito fundamental de acesso à educação física é consagrado na Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO, de 1978: hoje, nós devemos avançar ainda mais para garantir que esse direito seja inteiramente realizado por todos. Esse é o objetivo das "Diretrizes em educação física de qualidade (EFQ)", desenvolvidas com os nossos parceiros das Nações Unidas.

Construídas com base em três princípios fundamentais – igualdade, salvaguarda e participação significativa – as Diretrizes foram traçadas para apoiar os Estados-membros no desenvolvimento e na consolidação de políticas e práticas inclusivas, para garantir a instrução física para todas as meninas e todos os meninos.

Os riscos são altos. O investimento público na educação física é largamente compensado pelos altos dividendos na economia em saúde e em objetivos educacionais. A participação na educação física de qualidade tem demonstrado estimular uma atitude positiva em relação à atividade física, reduzir as chances de jovens se engajarem em comportamentos de risco e impactar de forma positiva no desempenho acadêmico, além de fornecer uma plataforma para uma inclusão social mais ampla. A educação

física expõe os jovens a uma variada gama de experiências que possibilitam a eles o desenvolvimento de habilidades e o conhecimento de que necessitam para obter o máximo de proveito, hoje, de todas as oportunidades, bem como dar novas formas à cidadania mundial.

Mesmo assim, apesar do reconhecido poder da educação física, nós testemunhamos um declínio mundial na sua implementação, o que serve de combustível para uma crise mundial de saúde – estimativas conservadoras consideram a inatividade física como responsável por 6% da mortalidade mundial.

Esse é o apelo que inspira as presentes Diretrizes – mobilizar partes interessadas e levantar recursos, para garantir que a educação física de qualidade seja oferecida a todos os jovens do mundo, independentemente da sua situação socioeconômica, etnia, cultura ou gênero. Devemos começar agora a ajudar os jovens a desenvolverem a participação na atividade física ao longo de suas vidas, para o benefício de toda a sociedade.

Neste espírito, peço que todos os Estados-membros considerem os conselhos práticos apresentados nestas Diretrizes e que colham os benefícios de sua implementação.

Irina Bokova



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

A Declaração de Berlim, de 2013 – Conferência Mundial da UNESCO de Ministros de Esporte (UNESCO's World Sports Ministers Conference – MINEPS V)

"A educação física, na escola e em todas as demais instituições de ensino, é o meio mais eficaz para proporcionar às crianças e aos jovens habilidades, capacidades, atitudes, valores, conhecimentos e compreensão para sua participação na sociedade ao longo da vida".



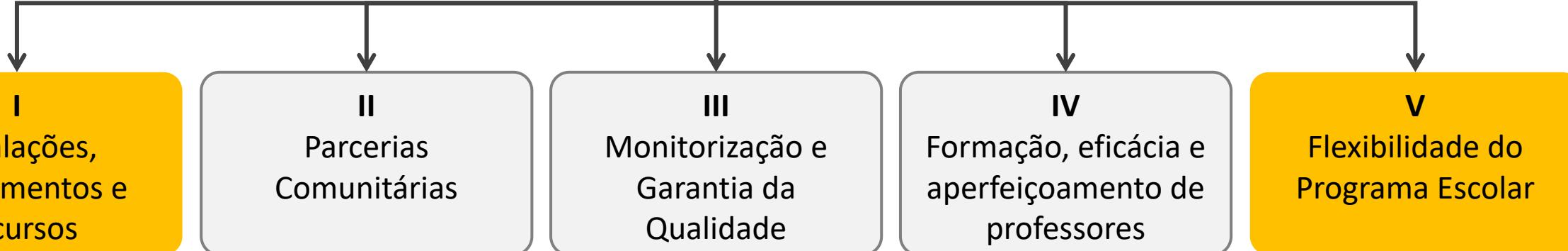
United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE





United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

I - Instalações, Equipamentos e Recursos

Recomendações para decisores políticos e escolas — Apetrechamento e recursos da Educação Física de Qualidade

GERAL: UNESCO

Dimensão	Recomendações principais	Objetivo / Impacto esperado
Infraestruturas seguras e acessíveis	<input type="checkbox"/> Garantir espaços seguros, limpos e bem mantidos. <input type="checkbox"/> Assegurar acessibilidade para todos os alunos, incluindo com deficiência. <input type="checkbox"/> Implementar planos regulares de manutenção.	<input type="checkbox"/> Prevenir acidentes e exclusão; assegurar ambiente seguro e inclusivo.
Variedade de espaços	<input type="checkbox"/> Disponibilizar espaços interiores e exteriores (pavilhão, campo, pista, ginásio, etc.). <input type="checkbox"/> Adaptar espaços para diferentes modalidades e climas (Chuva?).	<input type="checkbox"/> Promover diversidade de experiências motoras e aprendizagens significativas.
Equipamentos e materiais adequados	<input type="checkbox"/> Garantir número suficiente de materiais em bom estado. <input type="checkbox"/> Adequar o tamanho e tipo de material à idade e nível dos alunos. <input type="checkbox"/> Incluir materiais para expressão corporal, coordenação, jogos e inclusão.	<input type="checkbox"/> Aumentar a participação e qualidade pedagógica das aulas.
Orçamento e financiamento	<input type="checkbox"/> Criar linhas orçamentais específicas para EF. <input type="checkbox"/> Prever custos de substituição e manutenção, não só de compra. <input type="checkbox"/> Priorizar investimentos nas escolas mais carenciadas.	<input type="checkbox"/> Assegurar sustentabilidade e equidade na oferta de EF de qualidade.
Adaptação ao contexto local	<input type="checkbox"/> Ajustar materiais e espaços às condições locais (clima , cultura, recursos). <input type="checkbox"/> Utilizar materiais alternativos ou reciclados quando necessário, de forma segura e pedagógica.	<input type="checkbox"/> Favorecer inovação, sustentabilidade e equidade territorial.
Formação de professores	<input type="checkbox"/> Capacitar docentes para o uso seguro e criativo dos equipamentos. <input type="checkbox"/> Promover formação contínua sobre novos materiais e metodologias.	<input type="checkbox"/> Melhorar a eficácia pedagógica e o uso racional dos recursos.
Monitorização e avaliação	<input type="checkbox"/> Realizar auditorias periódicas das condições materiais e infraestruturais. <input type="checkbox"/> Garantir mecanismos de controlo de qualidade e atualização de recursos.	<input type="checkbox"/> Melhorar a gestão, a segurança e a qualidade do ensino da EF.

1



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

1. Relevância e adequação dos Espaços Desportivos para a EF

Introdução:

Disciplina de Educação Física.

A Educação Física constitui uma componente essencial da formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento harmonioso do corpo, da mente e das relações sociais. Para além do domínio técnico e motor, esta disciplina contribui decisivamente para a construção da *literacia física*, entendida como a competência para se mover com confiança e motivação em múltiplos contextos, ao longo da vida.

A literacia física implica mais do que saber executar gestos técnicos; exige compreender o valor da atividade física, reconhecer as suas diferentes formas e participar de modo autónomo, responsável e prazeroso. Neste sentido, a Educação Física escolar deve proporcionar experiências motoras diversificadas, em ambientes seguros e adequados, que favoreçam o desenvolvimento de competências físicas, cognitivas e socioemocionais.

Contudo, a concretização plena destes objetivos depende fortemente de:

- Condições materiais e infraestruturais disponíveis, sobretudo de base formativa e polivalente.
- Espaços desportivos cobertos que garantam o cumprimento ininterrupto das aulas de Educação Física e o desenvolvimento das Aprendizagens Essenciais, quando as condições atmosféricas não são favoráveis á prática no exterior.
- De uma correta de adequada gestão dos horários das turmas de forma a garantir uma equitativa rotação pelos espaços, preenchendo sobretudo os períodos vocacionados para as escolas (evitando os períodos do final da tarde).
- Instalações desportivas adequadas — de base formativa, especializada ou recreativa — são indispensáveis para garantir o tempo efetivo de prática, a segurança, a motivação e a qualidade pedagógica das aulas.

O presente documento, elaborado pelo Diretor de Instalações da Escola Secundária DACSF, visa identificar os principais constrangimentos que limitam o desenvolvimento da disciplina, bem como apresentar propostas de melhoria fundamentadas na legislação nacional (nomeadamente o DL n.º 317/97 e a Lei de Bases do Sistema Desportivo) e no princípio de que o acesso a infraestruturas desportivas adequadas é condição necessária para o cumprimento dos objetivos curriculares da Educação Física e para a promoção efetiva da literacia física dos alunos.

Parecer:

Disciplina de Educação Física.

Considerações gerais:

LBSD (Lei de Bases do Sistema Desportivo) que:

- art.º36 (infra-estruturas do cap.IV, Administração Pública Desportiva) da Lei n.º1/90 de 13 de Janeiro.

Assim, e de acordo com a Lei de Bases do Sistema Desportivo, as **infra-estruturas desportivas** devem ser concebidas de forma a dar resposta às necessidades específicas de cada Autarquia. Para que tal possa acontecer, Nascimento (2000), baseando-se na lei anteriormente referida, defende que, relativamente à questão da construção de instalações desportivas, as Autarquias locais deverão:

- Criar infra-estruturas desportivas nos locais de implantação das colectividades, beneficiando o património existente;
- Construir um complexo desportivo que integre um estádio municipal com um campo de futebol relvado respetivo campo de apoio, pista de atletismo, campo de ténis, piscina, modalidades radicais e outras valências de modo a perspectivar correctamente o futuro;
- Construir e animar posteriormente um circuito de manutenção;
- Rentabilizar o melhor possível os equipamentos desportivos existentes, de forma assegurar uma maior rentabilidade desses espaços, em **perfeita consonância com as colectividades e as escolas**, através da realização de protocolos e contratos programa;
- Criar zonas desportivas de reduzida dimensão, que possibilitem uma prática desportiva diversificada e permitem uma maior descentralização dos utentes no Concelho;
- Definir um modelo tipo de infra-estruturas desportivas concelhias cobertas e descobertas, de forma a beneficiar clubes e **escolas** do 1ºCiclo do Ensino Básico, Pré-Primário e Jardim-de-infância;
- Procurar que em todas as novas urbanizações sejam construídas infra-estruturas desportivas de ar livre, integradas no Plano Director Municipal.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Disciplina de Educação Física.

Com a crescente evolução tecnológica e a crescente dimensão social do desporto na nossa sociedade contemporânea, é exigida, cada vez mais, uma maior qualidade das estruturas desportivas. Assim, o decreto-lei n.º 317/97, introduziu uma nova classificação das estruturas desportivas, mais centrada no tipo de actividades nelas desenvolvidas, classificando-as em estruturas de:

- Base Recreativa.
- Base Formativa
- Especializadas.
- Especiais

Base Recreativa – que são todas aquelas que se destinam a actividades desportivas de carácter informal no âmbito das práticas recreativas de manutenção e lazer activo (ex: pátios desportivos, todas as instalações destinadas à animação desportiva informal);

Base Formativa – concebidas para a educação desportiva de base, no âmbito do ensino e do associativismo desportivo (ex: salas de desporto, pequenos ginásios e polivalentes exteriores);

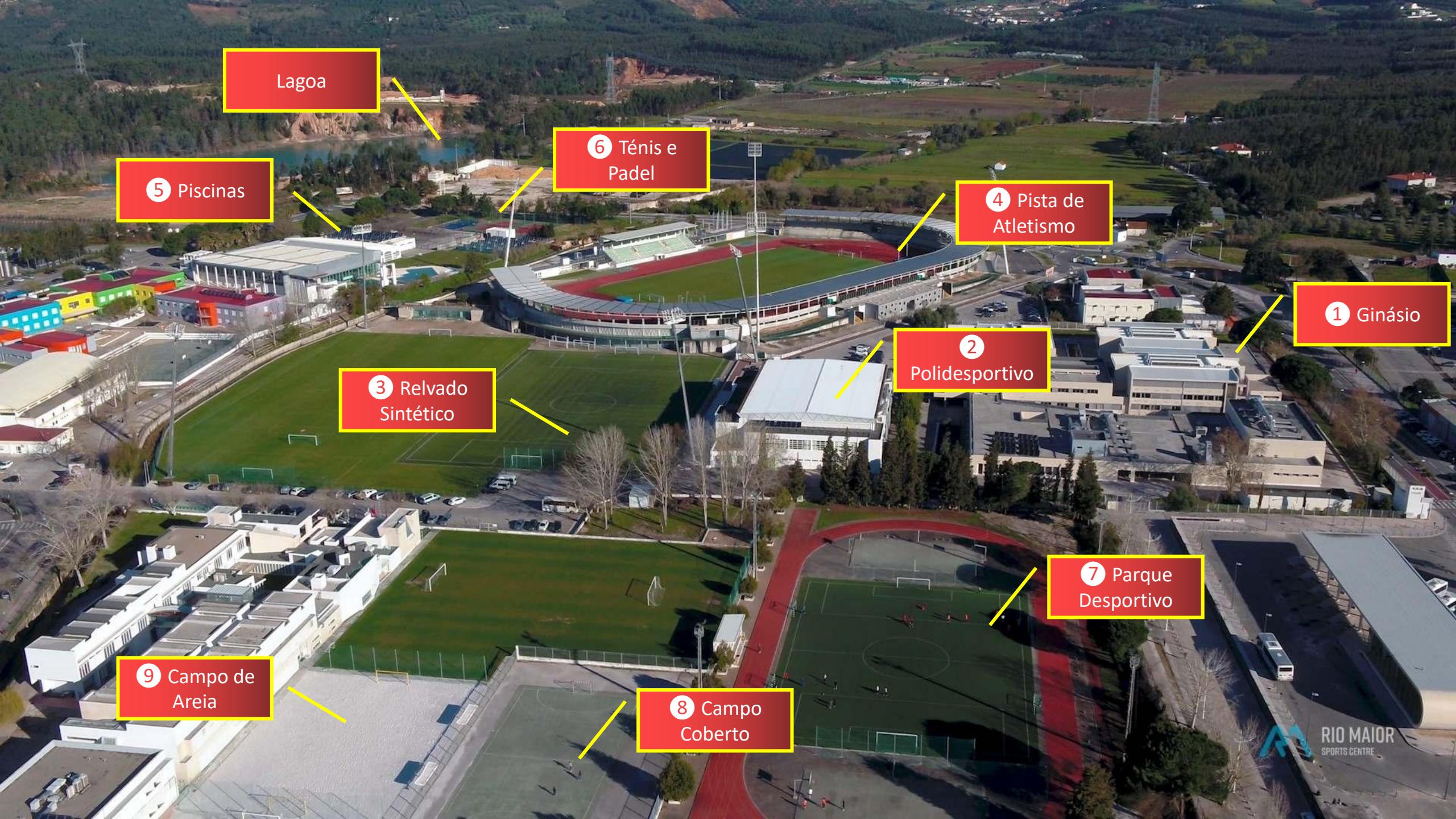
Especializadas – criadas e organizadas para actividades desportivas monodisciplinares (ex: pistas de atletismo, campos de ténis e quadras de squash);

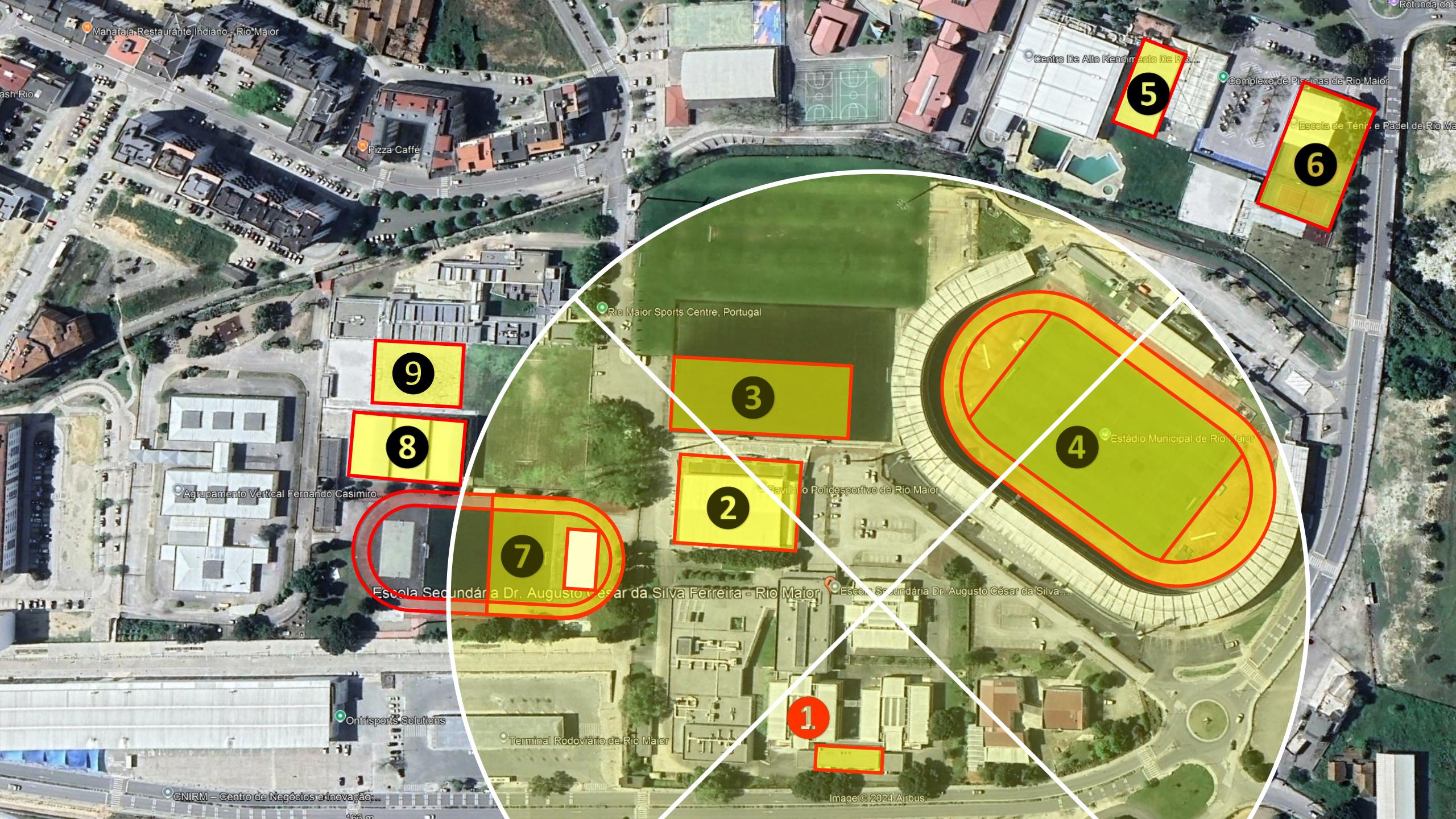
Especiais – criadas para o espectáculo desportivo e idealizadas para a realização de manifestações desportivas. Estão preparadas para receber público, meios de comunicação social e apetrechadas com meios técnicos indispensáveis aos níveis elevados da prestação desportiva (ex: estádios, piscinas e pavilhões multiusos).

Definição	Classificação das estruturas desportivas (DL n.º 317/97)	Relevância e adequação para a Educação Física
Espaços desenhados para aprendizagem motora e desenvolvimento multilateral, como pavilhões gimnodesportivos escolares, ginásios, polidesportivos cobertos ou descobertos.	Instalações de Base formativa	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> São as mais adequadas para a disciplina, pois permitem a prática regular e segura de várias modalidades (jogos desportivos coletivos, ginástica, atletismo adaptado, dança, fitness escolar). <input type="checkbox"/> Suportam a progressão pedagógica prevista nos programas do ensino básico e secundário. <input type="checkbox"/> Facilitam a gestão de horários escolares e a integração curricular.
Espaços construídos para modalidades específicas (ex.: pistas de atletismo, piscinas, campos de ténis, tatamis de artes marciais, salas de escalada).	Instalações de base especializada	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Importantes para conteúdos curriculares específicos (natação, atletismo, artes marciais, desportos de raquete). <input type="checkbox"/> Normalmente usadas em articulação com clubes e autarquias, já que poucas escolas dispõem destes espaços. <input type="checkbox"/> Acrescentam diversidade e enriquecem a experiência dos alunos.
Estruturas de grande dimensão ou uso diferenciado (ex.: estádios, centros de alto rendimento, complexos desportivos de grande escala, arenas multiusos).	Instalações especiais	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Pouco frequentes na utilização regular. <input type="checkbox"/> Podem ser aproveitadas em eventos escolares, torneios, encontros inter-escolas ou atividades pontuais. <input type="checkbox"/> Têm função complementar e motivacional, mas não substituem as instalações escolares de base formativa.
Espaços simples, muitas vezes polivalentes, de fácil acesso e uso comunitário (ex.: parques, recintos descobertos, espaços de lazer ativo).	Instalação de base Recreativa	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Úteis para atividades lúdicas, jogos tradicionais e expressão corporal. <input type="checkbox"/> Mais adequados ao 1.º ciclo do básico e a momentos de descontração. <input type="checkbox"/> Limitados quando se trata de conteúdos técnicos ou desportos formais.

Espaços acessíveis à ESDACSF

Instituição	Estrutura Desportiva	Classificação das estruturas desportivas (DL n.º 317/97)	Relevância e adequação para a Educação Física	Espaço Coberto / Descoberto
ESDACSF	Ginásio	Formativa	Muito relevante porém, é um espaço muito limitado em termos de dimensões, equipamento e polivalência.	Coberto
DESMOR	Polidesportivo	“Formativo?” - Sobretudo Especial	Aparentemente é um espaço formativo porém, é sobretudo um espaço especial porque está concebido sobretudo para o espetáculo desportivo. Para ser um espaço Formativo deveria, ter campos transversais de basquetebol, voleibol, andebol e badminton.	Coberto
	Relvado Sintético	Especializado	Espaço prioritariamente vocacionado para o futebol	Descoberto
	Pista de Atletismo	Especializada	Espaço exclusivo para o atletismo	Descoberto
	Piscinas	Especializada	Espaço exclusivo para a natação	Coberto
	Ténis	Especializada	Espaço exclusivo para o ténis	Descoberto
	Parque Desportivo	Formativa	Espaço polivalente porém, não oferece a possibilidade de rentabilizar as aulas de Educação Física porque não oferece a possibilidade de ter tabelas transversais, redes de ténis transversais, voleibol e andebol.	Descoberto
	Campo Coberto	Formativa (Acesso prioritário à EBFCPS)	Espaço de acesso privilegiado à escola Fernando Casimiro PS para garantir a continuidade das aulas quando as condições climatéricas não permitem realizar aulas no exterior.	Relativamente Coberto
	Campo de Areia	Especializada	Apenas usado como alternativa pontual para as aulas de EF.	Descoberto





ESTUDO DA ACESSIBILIDADE:

Centro da Circunferência:

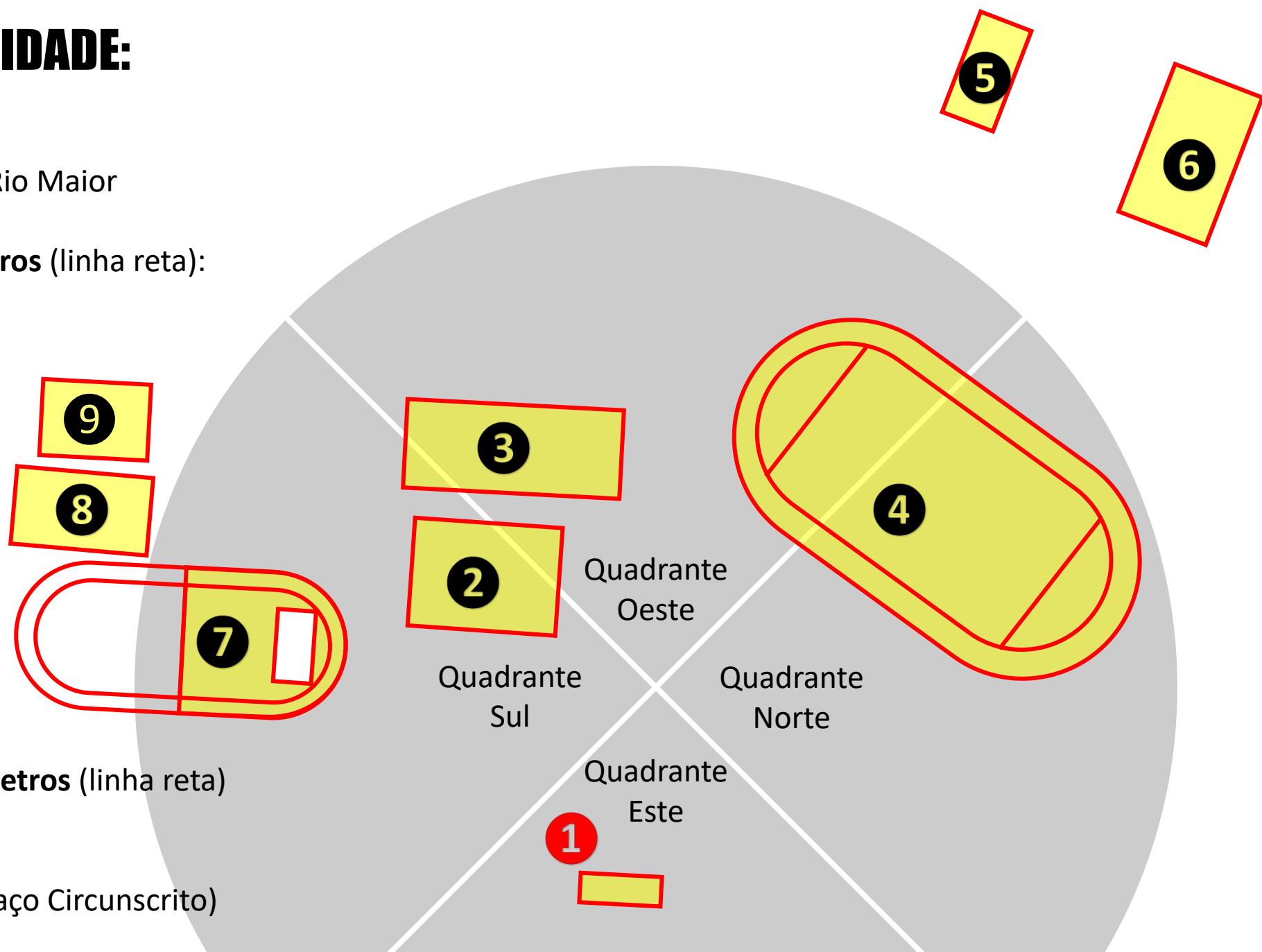
- Hall de entrada da ESDACSF-Rio Maior

Raio da Circunferência: 220 metros (linha reta):

- Ginásio
- Polidesportivo
- Parque Desportivo
- Relvado Sintético
- Pista Atletismo/Estádio

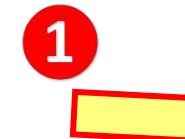
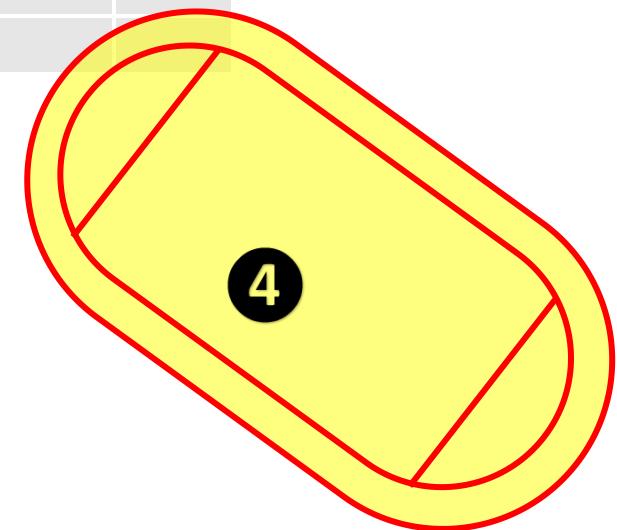
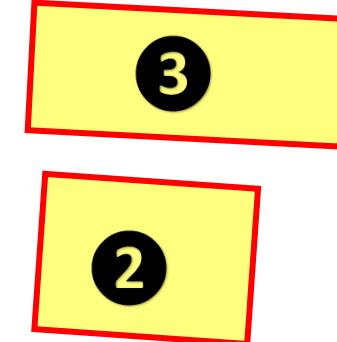
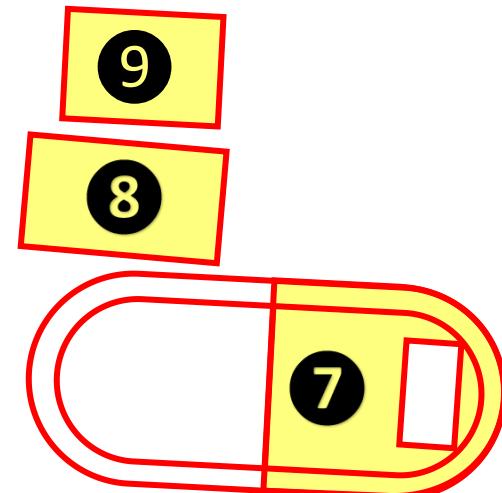
Raio da circunferência de 330 metros (linha reta)

- Piscinas
- Campos de Ténis e Padel
- “Corrida de Orientação” (Espaço Circunscrito)



N	Espaços	Basq.	And.	Vol.	Fut.	Gin.	Atl.	Nat.	Bad.	Ténis	Pat.	Corf.	Rug
1	Ginásio				Sim			Sim					
2	Polidesportivo	Sim	Sim	Sim					Sim				
3	Relvado Sintético				Sim							Sim	
4	Pista de Atletismo						Sim						
5	Piscinas							Sim					
6	Ténis e Padel									Sim			
7	Parque Desportivo	Sim	Sim		Sim		Sim						
8	Campo Coberto									Sim			
0	Campo de Areia			Sim	Sim	Sim							

Espaços Desportivos



Polígono do Parque Desportivo da Rio Maior



MAPA DE ORIENTAÇÃO

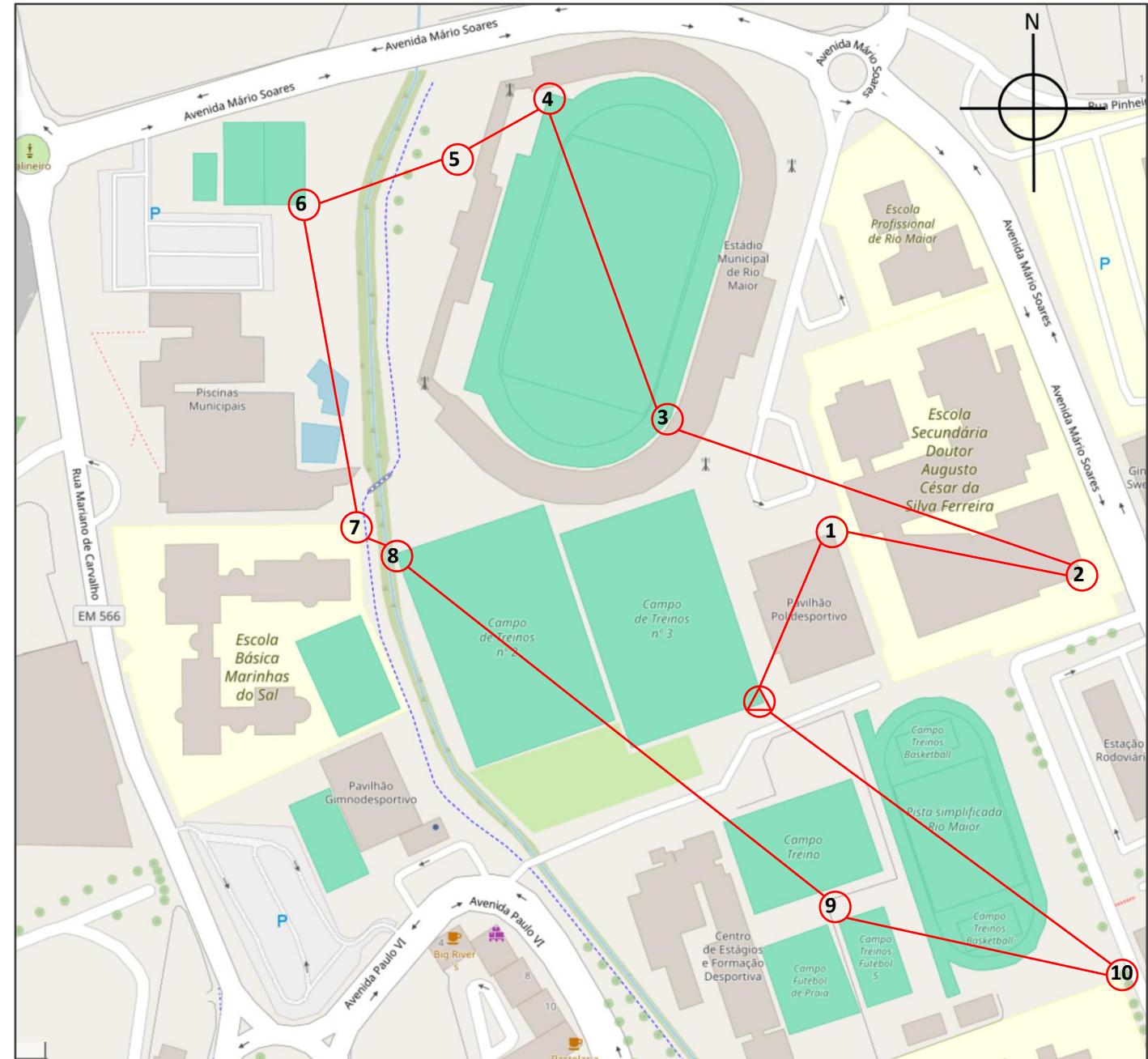
Zona Envolvente à Escola Secundária

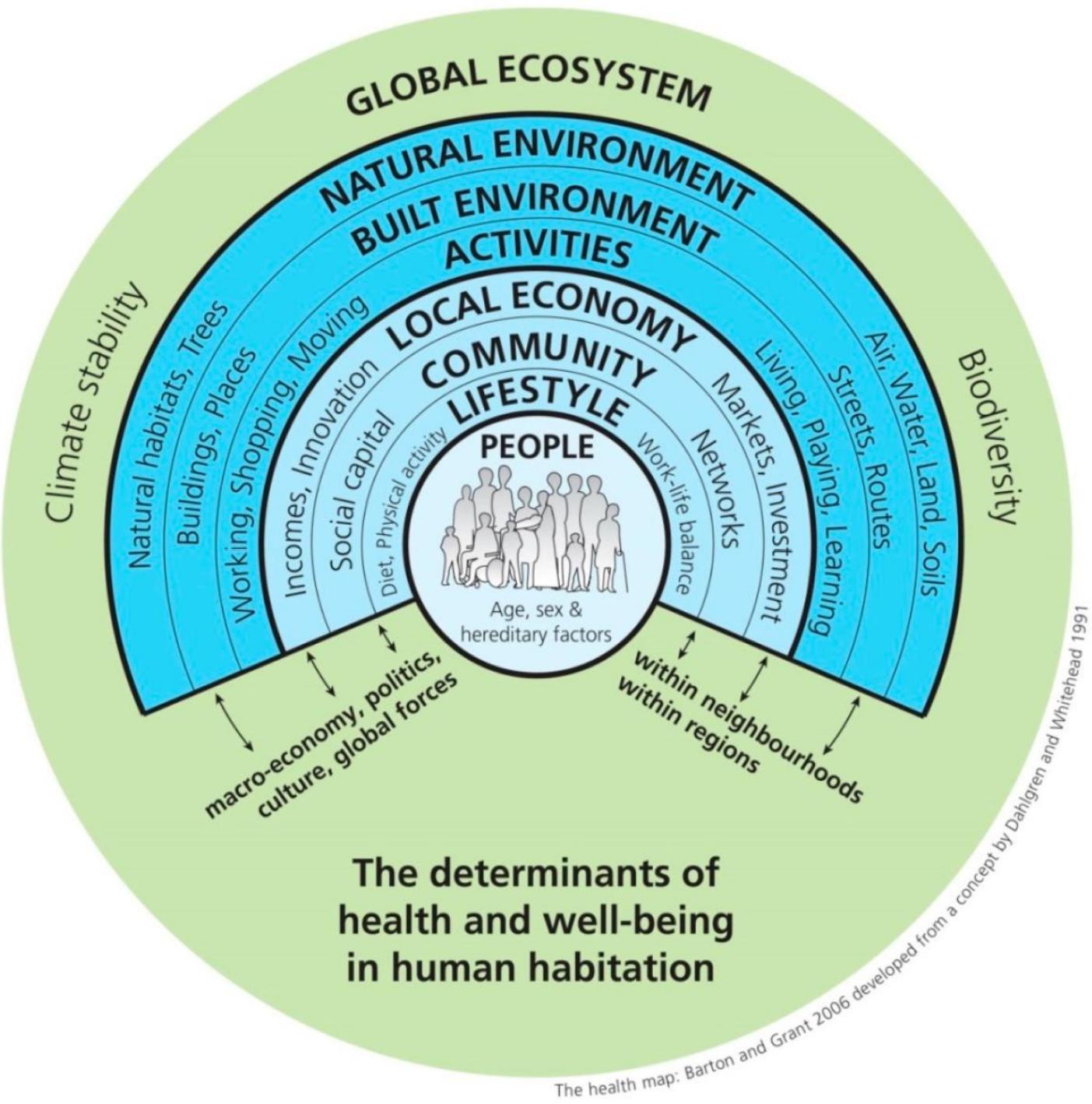
PERCURSO 1 ESDACSF

- Nome: Mapa topográfico Rio Maior, altitude, relevo.
- Local: Rio Maior, Santarém, Portugal (39.23491 - 9.00157 39.46601 -8.78307)
- Altitude média: 129 m
- Altitude mínima: 5 m
- Altitude máxima: 494 m

O **Polígono do Parque Desportivo** da DESMOR possui condições muito boas para a abordagem da corrida de orientação nas aulas de Educação Física::

- O espaço permite marcar diversos percursos de orientação.
- Os alunos podem deslocar-se livremente neste espaço porque a circulação de veículos está limitada aos acessos à escola. Porém, os percursos podem ser marcados sem intersecção os caminhos de acesso garantindo maior segurança.
- A realização de uma Unidade Didática de orientação retira pressão sobre as estruturas desportivas existentes (rotações) em termos de ocupação garantindo uma rotação num espaço informal.
- A parede de escalada também se situa na fachada norte do Polidesportivo.





Novo Paradigma da Educação Física

Com base na referência que indicaste — Coutts & Hahn (2015). Green Infrastructure, Ecosystem Services, and Human Health. International Journal of Environmental Research and Public Health, 12, 9768–9798 — podemos construir uma análise que relaciona diretamente a Educação Física não dependente de infraestruturas desportivas com a valorização dos espaços verdes e envolventes do polígono desportivo de Rio Maior.

Christopher Coutts and Micah Hahn. Green Infrastructure, Ecosystem Services, and Human Health. Int. J. Environ. Res. Public Health 2015, 12, 9768-9798

Educação Física não dependente de infraestruturas formais: exploração da infraestrutura verde

Dimensão de análise	Descrição e fundamentação	Relação com Coutts & Hahn (2015)
Conceito de infraestrutura verde	<input type="checkbox"/> Rede integrada de espaços naturais e semi-naturais — parques, matas, zonas ribeirinhas, jardins, trilhos e espaços abertos — que oferecem serviços ecossistémicos essenciais à saúde humana e ambiental.	<input type="checkbox"/> A infraestrutura verde proporciona serviços de regulação (clima, ar, água) e serviços culturais (recreação, contacto com a natureza, bem-estar psicológico).
Educação Física como experiência ecológica	<input type="checkbox"/> Uma EF menos dependente das instalações desportivas convencionais pode integrar atividades físicas de exploração e interação com o meio ambiente: caminhadas interpretativas, orientação, fitness outdoor, percursos de mobilidade ativa, jogos ecológicos e práticas de atenção plena na natureza.	<input type="checkbox"/> Os autores destacam que o contacto regular com ambientes naturais melhora a saúde mental, reduz o stress e aumenta a coesão social, reforçando o papel da atividade física ao ar livre.
Valorização da infraestrutura verde de Rio Maior	<input type="checkbox"/> O polígono desportivo de Rio Maior é rodeado por uma rica infraestrutura verde (zonas florestais, percursos pedonais e cicláveis, áreas de lazer). Esta paisagem pode ser transformada em “sala de aula viva” para a EF, promovendo aprendizagens autênticas e sustentáveis.	<input type="checkbox"/> Segundo Coutts & Hahn, os espaços verdes devem ser integrados nas estratégias de planeamento urbano e educativo, pois constituem “recursos de saúde pública e capital ecológico”.
Benefícios para alunos e professores	<input type="checkbox"/> Maior autonomia e criatividade pedagógica. <input type="checkbox"/> Aumento do bem-estar físico e mental dos alunos. <input type="checkbox"/> Aprendizagens significativas ligadas à natureza, ao corpo e ao território. <input type="checkbox"/> Redução da pressão logística sobre os pavilhões e campos. <input type="checkbox"/> Promoção da literacia ambiental e motora em simultâneo.	<input type="checkbox"/> A infraestrutura verde, ao fornecer oportunidades para a atividade física moderada e contacto com a natureza, atua como fator protetor contra doenças físicas e mentais (Coutts & Hahn, 2015, p. 9778).
Sustentabilidade e cidadania ecológica	<input type="checkbox"/> Este modelo aproxima a EF dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 4, 11 e 13), fomentando comportamentos responsáveis e uma consciência ecológica ativa.	<input type="checkbox"/> Os autores referem que a infraestrutura verde apoia estilos de vida sustentáveis e práticas educativas que ligam o bem-estar humano à integridade ecológica.

Síntese interpretativa

Uma Educação Física menos dependente das infraestruturas desportivas formais e mais enraizada na infraestrutura verde representa um salto de paradigma: do modelo técnico-desportivo para um modelo ecológico, experiencial e humanista.

Em Rio Maior, a integração dos espaços envolventes do polígono desportivo permitiria criar um ecossistema educativo de movimento, onde corpo, natureza e comunidade se articulam em benefício do bem-estar integral e da sustentabilidade.

Relvado Sintético ESPECIALIZADO

Forte aposta do Rio Maior Sport Center no Futebol desde as camadas mais jovens e por isso a dimensão em termos de m² de pisos sintéticos.

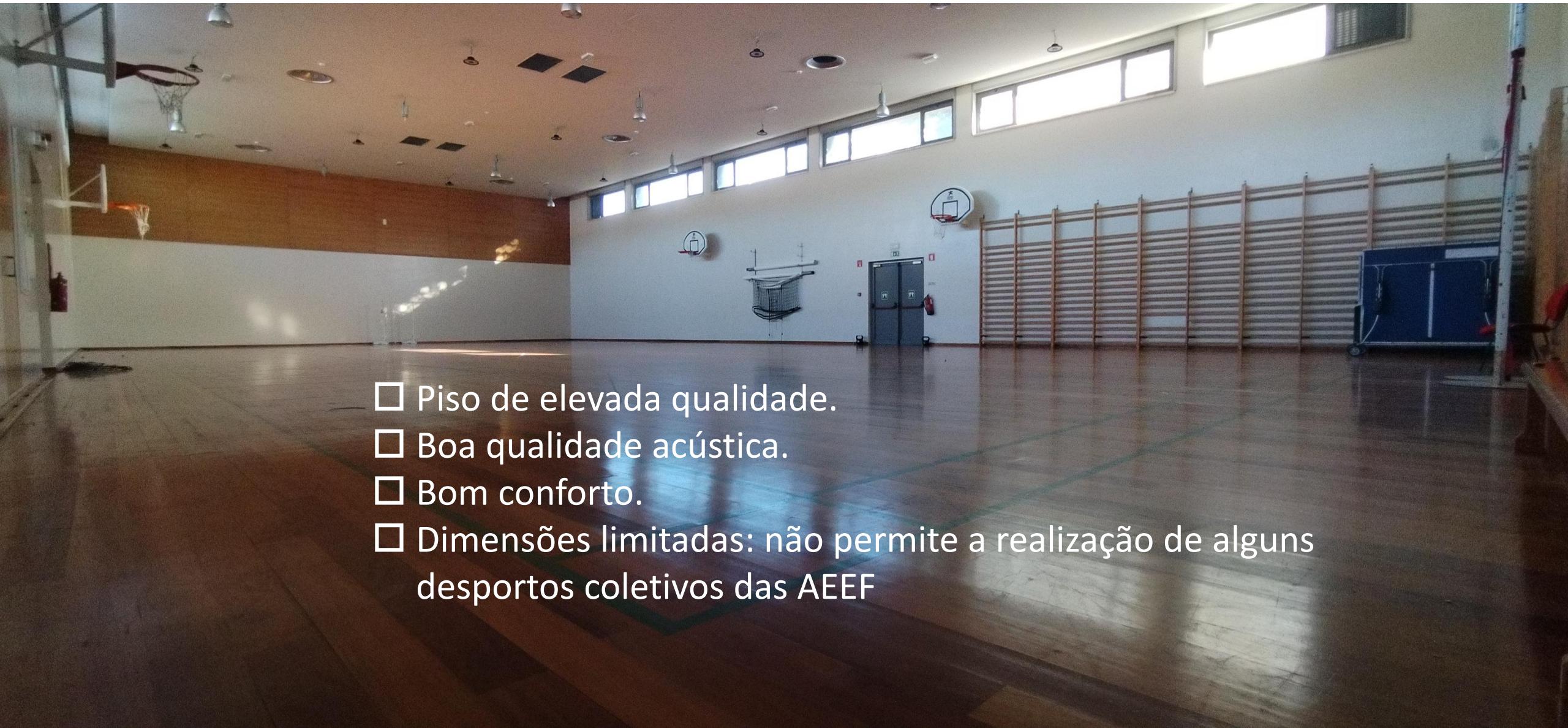
- Piso sintético de elevada qualidade.
- Espaço amplo que permite boas condições para a abordagem do futebol, Tag Raiguebi, Ultimate Frisbee
- Bom conforto devido à elasticidade do piso.
- Problema: quando chove ou faz muito calor, inviabiliza a sua utilização (não existe espaço coberto alternativo)

O Paradoxo do Parque Desportivo do Rio Maior Sport Center e a realidade da Educação Física:

Quadrante	Estrutura Desportiva	Classificação	Acessibilidade	Interior / Exterior	Vantagens	Desvantagens (Limitações)
Este ESDACSF	Ginásio	Formativa	> Proximidade	Interior	Oferece um espaço formativo coberto e polivalente	Dimensões reduzidas para turmas de 24 e mais alunos. Não adequada para o basquetebol; não permite realizar andebol
Sul DESMOR	Parque Desportivo	Formativa	> Proximidade	Exterior	Permite a abordagem de algumas modalidades como o basquetebol, futebol, raquebol e atletismo (iniciação e elementar)	Apenas possui 1 campo de basquetebol o que não permite potenciar o tempo de empenhamento motor. Quando chove não tem espaço coberto alternativo adequado
	Polidesportivo	Especial "Formativa"	> Proximidade	Interior	Oferece um espaço formativo coberto; espaço amplo e adequado para turmas grandes; Boas condições de prática	Não possui: Marcações de badminton; não possui marcações transversais de Voleibol nem mangas encastradas no solo para postes de voleibol; Não possui marcações de campos transversais de basquetebol nem tabelas laterais de basquetebol (carros móveis de pequenas dimensões). Não possui balizas pequenas para campos transversais de futsal (campo de jogos reduzidos 3x3 ou 4x4)
Oeste DESMOR	Relvado Sintético	Especializada	> Proximidade	Exterior	Conforto para a prática de futebol e raquebol. Maior amortecimento e redução do impacto; O relvado sintético possui uma base elástica (tapete + camada de enchimento + granulado), o que proporciona: Menor impacto nas articulações (tornozelos, joelhos, ancas e coluna); Maior conforto na corrida e nos saltos; Redução do risco de microlesões associadas à prática repetida em pisos duros. Isto é especialmente benéfico para crianças e jovens em crescimento e para utilização escolar regular. Espaço amplo que permite rentabilizar uma aula de EF	Quando chove não permite a realização de aulas de EF; Os relvados sintéticos modernos são compostos por fibras plásticas (geralmente polietileno ou polipropileno) fixas a uma base drenante e preenchidos com granulado de borracha (SBR ou EPDM) e/ou sílica. Este tipo de material apresenta uma alta capacidade de absorção e retenção de calor proveniente da radiação solar . Durante períodos de intensa exposição solar, especialmente no verão, as temperaturas à superfície podem atingir 60–70 °C, muito superiores às registadas no ar ambiente. Consequências na utilização desportiva: Dificulta o uso em horas de maior calor (11h–17h); Reduz o conforto térmico e o desempenho físico dos atletas; Aumenta o risco de lesões térmicas, bolhas e queda da performance; Pode comprometer atividades escolares ou treinos prolongados.

Quadrante	Estrutura Desportiva	Classificação	Acessibilidade	Interior / Exterior	Vantagens	Desvantagens (Limitações)
Norte / Oeste DESMOR	Pista /Estádio Atletismo	Especializada	> Proximidade	Exterior	<p>A pista é um espaço delimitado, plano e antiderrapante, que favorece a organização das aulas e o controlo dos grupos. As linhas e marcas visuais ajudam os alunos a compreender noções espaciais como distância, ritmo e trajetória, desenvolvendo a percepção motora.</p> <p>Embora concebida para atletismo, a pista pode acolher várias modalidades e jogos adaptados: circuitos de condição física, jogos de perseguição, desafios cooperativos, etc.</p>	<p>Sendo uma instalação a céu aberto, as aulas podem ser condicionadas pelo calor intenso, chuva, vento ou frio.</p> <p>Em dias de sol forte, o piso sintético pode aumentar a temperatura ambiente e causar desconforto térmico ou fadiga.</p> <p>Em dias de chuva, escorregamentos e redução da aderência comprometem a segurança.</p> <p>Impacto pedagógico: pode obrigar a alterações de horários ou adaptações de aulas, limitando a continuidade do trabalho planeado.</p>
Oeste DESMOR	Piscinas	Especializada	< Proximidade	Interior	<p>Permite o ensino sistemático da natação — uma competência básica de segurança e sobrevivência.</p> <p>Favorece a autonomia no meio aquático, a autoconfiança e o controlo da respiração e do equilíbrio corporal.</p> <p>Garante condições ideais para o aperfeiçoamento técnico dos quatro estilos de nado (crawl, costas, bruços e mariposa).</p>	<p>Um único professor pode ter dificuldade em controlar grupos grandes, especialmente com alunos de níveis diferentes.</p> <p>Qualquer distração pode aumentar o risco de acidentes aquáticos.</p> <p>O cloro e outros produtos químicos podem causar irritações cutâneas, oculares ou respiratórias.</p> <p>Partilha de equipamentos (toucas, óculos, toalhas) pode favorecer infecções fúngicas ou bacterianas, se não houver higiene adequada.</p> <p>O Professor dispõe apenas de duas pistas para acomodar 22 a 29 alunos o que dificulta imenso a supervisão pedagógica.</p> <p>É frequente o professor ter à sua disposição pistas no centro da piscina que dificulta o feedback pedagógico e observação dos alunos.</p> <p>Mais do que uma escola em simultâneo: maior ruido e dificuldade de comunicação acrescentando os motivos de distração dos alunos.</p>

Ginásio



- Piso de elevada qualidade.
- Boa qualidade acústica.
- Bom conforto.
- Dimensões limitadas: não permite a realização de alguns desportos coletivos das AEEF

Infraestrutura Descoberta	Quando o professor ocupa um espaço descoberto, qual é o espaço coberto alternativo?	Quais as condições para a realização de uma aula de EF
<input type="checkbox"/> Campo Sintético	<input type="checkbox"/> Túnel debaixo das bancadas do Polidesportivo	<input type="checkbox"/> Não tem condições adequadas para uma aula de EF <input type="checkbox"/> Espaço pequeno <input type="checkbox"/> Serve de arrecadação de material <input type="checkbox"/> Pouco ventilado
	<input type="checkbox"/> Bancadas	<input type="checkbox"/> Não tem condições adequadas para uma aula de EF <input type="checkbox"/> Espaço muito limitado
	<input type="checkbox"/> Sala de aulas	<input type="checkbox"/> Não substitui uma aula prática de EF <input type="checkbox"/> Não existem salas de aulas disponíveis
<input type="checkbox"/> Pista/Estádio	<input type="checkbox"/> Bancadas do Estádio	<input type="checkbox"/> Sem condições para a realização de uma aula de Educação Física. <input type="checkbox"/> Infiltrações na cobertura <input type="checkbox"/> Espaço muito limitado.
<input type="checkbox"/> Parque Desportivo	<input type="checkbox"/> Túnel debaixo das bancadas do Polidesportivo	<input type="checkbox"/> idem
	<input type="checkbox"/> Bancadas do Polidesportivo	<input type="checkbox"/> idem
<input type="checkbox"/> Campos de Ténis	<input type="checkbox"/> Não tem alternativa	

Desvantagens:

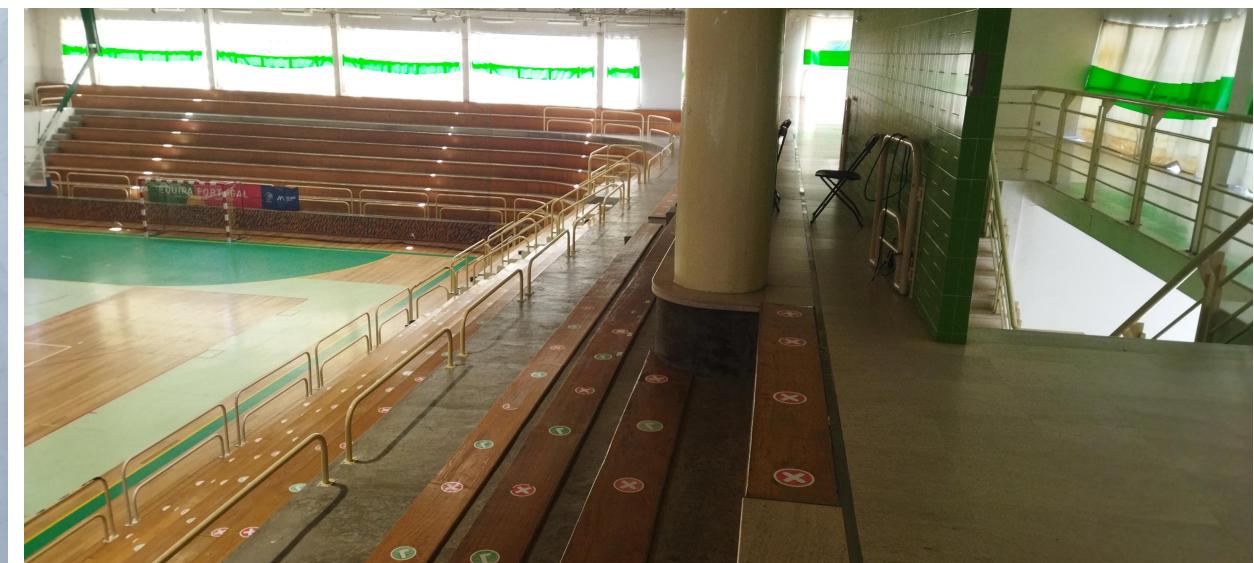
- Verifica-se um défice de Instalações Desportivas Cobertas** (Pavilhão Polivalente) que garanta a continuidade das aulas de Educação Física para os professores que lecionam em espaços descobertos, quando as condições climatéricas são adversas. A DESMOR não oferece alternativas adequadas às Escolas e respetivos alunos. **A qualidade do Serviço Desportivo/Educativo é desadequada.**

Espaços alternativos, sem condições para a realização de uma aula de Educação Física ...

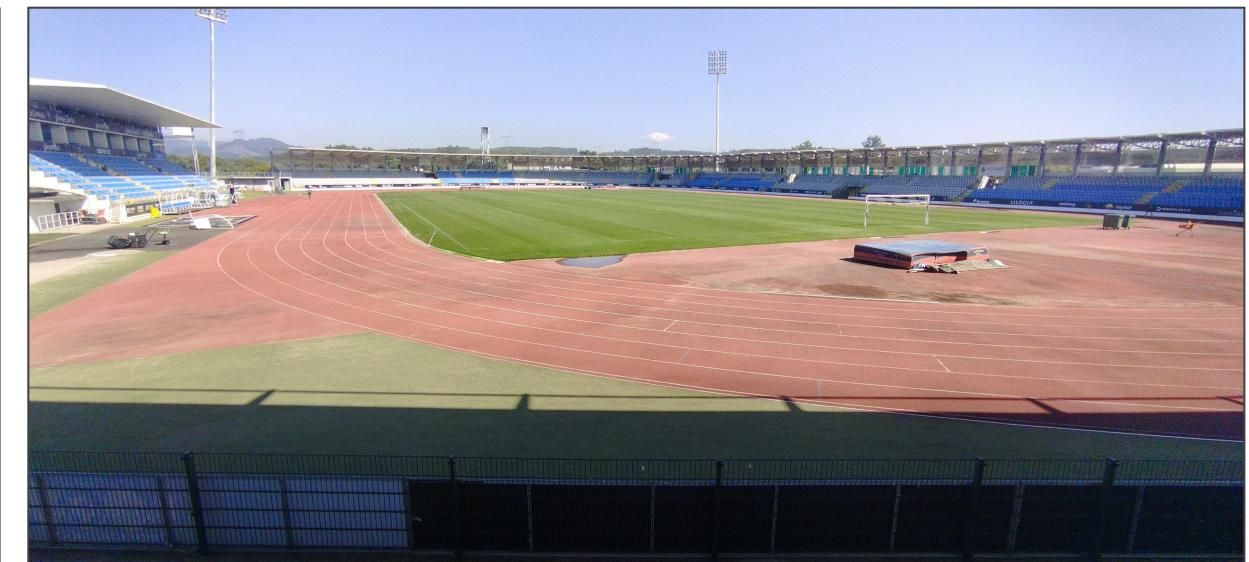
- **Espaço 1:** Designado por Túnel, Situado debaixo da bancada Norte do Polidesportivo (usado pelos professores quando chove).



- **Espaço 2:** Espaço de circulação e acesso às bancadas do Polidesportivo (usado pelos professores quando chove)



Pista/Estádio



Quando Chove a única hipótese que o Professor tem para garantir a continuidade da aula é na bancada, no corredor entre as filas de bancos. Porém, o espaço é desadequado e a cobertura tem infiltrações, não se conseguindo realizar as tarefas.

Polidesportivo

ESPECIAL



- Piso de muito boa qualidade
- Muito conforto acústico
- Muito bom para abordar o futsal, andebol, voleibol, corfebol (campo inteiro)
- Não permite rentabilizar uma aula de EF (polivalência) por falta de equipamentos e campos transversais

Com um pavilhão com estas dimensões, os alunos estão todos concentrados num espaço reduzido, para poderem estar em situação de jogo ou treinar os gestos técnicos à rede. Esta turma é relativamente pequena, mas em turmas de 25 a 30 alunos, não se consegue trabalhar em condições.



- Campo sintético de qualidade
- permite abordar o futebol
- Tem balizas transversais
- Só tem um campo de basquetebol com duas tabelas o que limita a rentabilização de uma aula de EF.
- Qualidade do piso em cimento não é boa
- Pista de atletismo com tartan muito deteriorado
- Permite abordar o atletismo: corridas e saltos (comprimento - caixa de areia)
- Quando chove não tem espaço coberto alternativo.

Parque Desportivo



Parque Desportivo

Campos de Ténis



- Piso de boa qualidade
- Muito bom para abordar o ténis
- Com turmas grandes o espaço é limitado
- Em caso de chuva não tem espaço coberto alternativo.

2



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

2. Prioridades na Ocupação dos Espaços.

Reflexão Inicial:

Disciplina de Educação Física.

Quem tem **prioridade** na ocupação dos espaços?

(Esta interpretação/análise baseia-se na observação do padrão habitual de utilização e utilizadores)

- Utiliadores concorrentes da ESDACSF para os mesmos espaços:
- PERÍODO DA MANHÃ E TARDE (Horário Escolar):** podemos verificar que as escolas não são utilizadores privilegiados do espaços desportivos uma vez que, sempre que uma seleção ou equipa estagiária paga a utilização dos espaços, as escolas são “Convidadas” a desocupar os espaços. A prioridade é para os pagantes externos ou outros utentes (Piscinas).

	1ª Prioridade
	2ª Prioridade
	3ª Prioridade
	4ª prioridade

LEGENDA

- ESDACSF- Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
- EPRM - Escola profissional de Rio maior
- ESDRM - Escola Superior de Desporto de Rio maior
- EBMS - Escola Básica Marinhas do Sal
- EBFCPS - Escola Básica fernando casimiro pereira da Silva

N	Espaços	Classificação das estruturas desportivas	ESDACSF	EPRM	ESDRM	EBMS	EBFCPS	CLUBES DESPORTIVOS	SELEÇÕES E ESTÁGIOS	UTENTES
1	Ginásio	FORMATIVA	1ª	-----	-----			-----	-----	
2	Polidesportivo	FORMATIVA ESPECIALIZADA	3ª	4ª	2ª				1ª	
3	Relvado Sintético	ESPECIALIZADA	2ª (½)	3ª	2ª (½)				1ª	
4	Pista de Atletismo	ESPECIALIZADA	2ª (½)	3ª	2ª (½)				1ª	
5	Piscinas (25 m)	ESPECIALIZADA	2ª (¼)	2ª (¼)		2ª (¼)			1ª	1ª
6	Ténis e Padel	ESPECIALIZADA	2ª	2ª						1ª
7	Parque Desportivo	FORMATIVA	2ª	3ª			1ª (⅓)			
8	Campo Coberto	FORMATIVA	2ª	2ª			1ª			
10	Campo de Areia	ESPECIALIZADA	2ª	2ª			2ª			1ª

3



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas



3. Construção dos Horários de EF

Quadro – Impacto da organização horária na autorrenovação da matéria viva e na qualidade da Educação Física.

Dimensão de Análise	Descrição / Aspectos Relevantes	Consequências para os Alunos e para a Qualidade da Disciplina	Referências Teóricas / Fundamentação
Princípio biológico da autorrenovação	O organismo humano necessita de períodos de recuperação entre estímulos físicos para regenerar tecidos, restabelecer energia e consolidar adaptações fisiológicas.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aulas de Educação Física em dias consecutivos impedem a recuperação muscular e nervosa. <input type="checkbox"/> Aumentam a fadiga, a irritabilidade e o risco de lesão. <input type="checkbox"/> Dificultam a melhoria da aptidão física e o prazer pela prática 	Fox, Bowers & Foss (1993) – Physiological Basis for Exercise. Weineck (2003) – Biologia do Esporte.
Organização horária escolar	Em muitas escolas, as aulas de EF da mesma turma são marcadas em dias consecutivos ou duplos (duas aulas seguidas), sem respeitar o intervalo de recuperação de 24–48h.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Compromete a aplicação pedagógica do princípio da alternância carga/descanso. <input type="checkbox"/> Reduz a adequação dos planos de aula e das progressões pedagógicas <input type="checkbox"/> Desrespeita a lógica biológica do “ciclo de autorrenovação da matéria viva”. 	Matveev (1986) – Teoria Geral do Treino Desportivo. Bento (2006) – Educação Física e Desporto: entre o ideal e o real.
Impacto pedagógico e motivacional	O cansaço acumulado e a monotonia das sessões sucessivas reduzem a motivação e a qualidade da aprendizagem motora.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Menor rendimento motor e cognitivo. <input type="checkbox"/> Dificuldade em atingir objetivos das Aprendizagens Essenciais. <input type="checkbox"/> Perda de interesse e percepção de esforço exagerado. 	Kirk (2010) – Physical Education Futures. Tavares (2014) – Educação Física e Inclusão Escolar.
Impacto na saúde e bem-estar	A sobrecarga sem recuperação adequada é contrária à promoção da saúde, um dos eixos centrais da EF.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> maior probabilidade de dores musculares persistentes. <input type="checkbox"/> Redução da adesão à prática e à percepção de bem-estar. <input type="checkbox"/> Contradição com o princípio de “educar para uma vida ativa saudável”. 	ACSM (2018) – Guidelines for Exercise Testing and Prescription. WHO (2019) – Physical Activity Guidelines for Health.
Enquadramento organizacional	A lógica administrativa da construção de horários raramente considera critérios biológicos ou pedagógicos da EF.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A disciplina é gerida como mera componente logística, <u>não como área científica com exigências próprias</u>. <input type="checkbox"/> Falta de comunicação entre direções e docentes na definição dos critérios de distribuição. 	Bento & Marques (2010) – Gestão curricular e organização da EF escolar.

Síntese interpretativa

Aulas de Educação Física em Dias Consecutivos:

A não consideração do intervalo mínimo entre aulas de Educação Física viola o princípio da autorenovação da matéria viva e compromete a eficácia, a segurança e o valor educativo da disciplina.

Tal prática constitui uma ameaça pedagógica e biológica, pois ignora a lógica do corpo enquanto sistema vivo que necessita de tempo para se regenerar e aprender.

Disciplina de Educação Física.

PROPOSTA DE SOLUÇÕES: Mancha Horária

Horas		SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA
8:20	9:05					
9:05	9:50					
10:10	10:55					
10:55	11:40					
11:50	12:35					
12:35	13:20					
13:35	14:20					
14:20	15:05					
15:10	15:55					
15:55	16:40					
16:55	17:40					
17:40	18:25					

Legenda:

	Horário a privilegiar na distribuição das aulas de EF
	Horário menos adequado mas necessário na distribuição das aulas de EF
	Horário a evitar porque coincide com o aumento da procura dos espaços desportivos pelos clubes.

O respeito por esta planificação evita “conflitos” entre a necessidade de espaços desportivos para as aulas de EF e as necessidades dos clubes desportivos.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Gestão dos Horários de Educação Física (Constrangimentos)

- Seis turmas com aulas de EF em simultâneo.
- Poucos espaços cobertos.
- Distribuição do horário de EF apenas como “tapa buracos” dos horários dos outros professores e turmas.
- Horários com poucas turmas em simultâneo.
- Horários no final da tarde que competem com a procura de espaços pelos clubes desportivos.

« O ensino da educação física de qualidade depende dos esforços de todas as partes envolvidas para se chegar a um acordo sobre uma visão comum. »

Prioridades na Gestão dos Horários de Educação Física.

- Devido à complexidade e condicionantes que afetam a correta gestão dos espaços e horários de Educação Física, deve-se priorizar a distribuição das aulas de EF antes de todas as outras disciplinas.

Constrangimentos na rotação e gestão dos espaços desportivos escolares

Dimensão de análise	Descrição / Problema identificado	Implicações pedagógicas e organizacionais	Referências / enquadramento legal
Capacidade física limitada	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O grupo de Educação Física dispõe apenas de 6 espaços desportivos (ex: Polidesportivo, Ginásio, Campo Sintético, Pista de Atletismo, Parque Desportivo, Piscina) para um número elevado de turmas em simultâneo. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Dificuldade em alocar turmas de forma equilibrada, sobretudo nos horários de maior densidade. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Tese de Carla Barreira (2015) — A Qualidade Ambiental nas Instalações Desportivas Escolares; DL n.º 1/2024 (gestão e segurança).
Desigualdade na distribuição horária	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Observa-se concentração de turmas em certos blocos horários, enquanto outros períodos as instalações estão sub-utilizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Quebra do ciclo de recuperação biológica dos alunos (sem intervalo de um dia entre sessões). <input type="checkbox"/> Dificuldade em garantir a rotação justa entre modalidades e espaços cobertos/descobertos. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aprendizagens Essenciais de EF (ME, 2018) — preconizam diversificação de contextos e equilíbrio de cargas.
Falta de critérios pedagógicos na construção de horários	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A grelha horária é frequentemente construída com base em critérios administrativos, não nas necessidades específicas da EF (ex: tempo de recuperação, continuidade das UD, articulação com os Cursos Tecnológicos de Desporto com necessidade de instalações específicas). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Dificulta o cumprimento sequencial das unidades didáticas, prejudicando a progressão motora. <input type="checkbox"/> Reduz a qualidade da avaliação formativa. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DL n.º 55/2018 (organização curricular flexível); CNE (2025) – Recomendações sobre equidade educativa e gestão curricular.
Impacto na manutenção e segurança	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A sobrecarga dos espaços (muitas turmas seguidas sem intervalos) acelera o desgaste do material e pavimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Menor durabilidade dos equipamentos e maior risco de acidentes. <input type="checkbox"/> Agrava o défice orçamental já existente. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DL n.º 21/2019 (competências das autarquias na manutenção de instalações).
Consequências para o clima escolar e o bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Professores e alunos sentem estresse organizacional e falta de tempo para preparar e arrumar material entre aulas. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reduz o tempo útil de prática efetiva, afetando a motivação e o envolvimento dos alunos. <input type="checkbox"/> Dificulta a implementação de estratégias diferenciadas. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> UNESCO (2015) – Quality Physical Education Guidelines.
Estratégias de mitigação	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aplicar critérios pedagógicos de rotação (p. ex., alternância de espaços cobertos e descobertos já aplicado). <input type="checkbox"/> Mapear a taxa de ocupação semanal dos espaços e reajustar horários com base em dados concretos. <input type="checkbox"/> Reforçar o papel do Diretor das Instalações na planificação. <input type="checkbox"/> Promover uso de espaços verdes e urbanos (paradigma da infraestrutura verde). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Carla Barreira (2015); Coutts & Hahn (2015); CNE (2025). 	



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

4. O Diretor da Escola e o Diretor de Instalações Competências e Funções...

Quadro - legislação aplicável em Portugal sobre as responsabilidades do diretor de escola no que toca às instalações, espaços e equipamentos

Diploma / Regulamento	Principais disposições relacionadas com instalações e equipamentos escolares
Decreto-Lei n.º 1/2024, de 5 de janeiro	Estabelece competências do diretor: inclui gerir “as instalações, espaços e equipamentos, bem como outros recursos educativos”.
Decreto-Lei n.º 73/2019, de 28 de maio	Também prevê como competência do diretor gerir instalações, espaços e equipamentos da escola.
Regulamento n.º 766/2016, de 1 de agosto	Obriga o Estado, órgãos de gestão da escola e autarquias a “proporcionar as condições de funcionamento e apetrechamento das instalações escolares ”, garantindo o ambiente adequado para uma educação de qualidade. Dá ao diretor (e Conselho Administrativo) responsabilidade pela manutenção e integridade das instalações escolares.
Decreto-Lei 303/78, de 12 de outubro	Define o conceito de instalações escolares, estabelecendo que incluem edifícios escolares, instalações desportivas e outras auxiliares; também trata de equipamento escolar (material, mobiliário, equipamento fixo, etc.) e atribui à Direção-Geral do Equipamento Escolar (DGEE) competências nos estudos/planeamentos relativos a instalações.

Quadro - Responsabilidades do Diretor relativamente às instalações e equipamentos.

A partir da legislação, podemos identificar as seguintes responsabilidades que recaem sobre o diretor da escola:

Área	Funções e responsabilidades
Gestão patrimonial	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Gerir espaços, instalações, equipamentos e bens duradouros da escola.<input type="checkbox"/> Zelar pela manutenção e conservação destes bens.
Garantir condições de funcionamento	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Assegurar que as instalações oferecem condições mínimas de salubridade, segurança, higiene, conforto, etc.<input type="checkbox"/> Garantir que o ambiente físico permite uma prática educativa de qualidade.
Autoridade em cedência/uso externo	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> O diretor autoriza ou regula a cedência de espaços escolares para uso por terceiros, desde que isso não prejudique as atividades curriculares ou educativas da escola.
Responsabilidades administrativas e legais	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Estabelecer procedimentos de inventário, registo e contagem dos equipamentos escolares.<input type="checkbox"/> Verificar que as normas legais e regulamentares de segurança de instalações são cumpridas.<input type="checkbox"/> Intervir nos casos de responsabilidade técnica ou situações de risco. (Ex: cumprimento de critérios minimamente exigíveis de segurança, higiene, etc.)
Planeamento e aquisição	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Propor ou aprovar aquisições de equipamento/material para as instalações escolares segundo necessidades identificadas.<input type="checkbox"/> Planificar a utilização dos espaços e gerir o horário e acesso a instalações e equipamentos.

Quadro - Diretor das Instalações Desportivas Escolares

Dimensão	Descrição / Função	Fundamentação / Enquadramento Legal
Designação do cargo	<input type="checkbox"/> “Diretor das Instalações Desportivas Escolares” (DIDE) ou, em alguns agrupamentos, “ Coordenador das Instalações Desportivas ”.	Previsto no Decreto-Lei n.º 75/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 e consolidado pelo Decreto-Lei n.º 1/2024 — no âmbito das competências delegadas pelo Diretor.
Nomeação	<input type="checkbox"/> É <u>nomeado pelo Diretor da Escola/Agrupamento, geralmente de entre os docentes do grupo de recrutamento 620 (Educação Física), devido à sua competência técnica e pedagógica específica.</u>	Art.º 20.º do DL 75/2008 – o Diretor pode delegar funções específicas de gestão e coordenação em docentes.
Função principal	<input type="checkbox"/> Garantir a gestão, conservação, segurança e bom funcionamento das instalações e equipamentos desportivos escolares.	Regulamentos internos e regimentos do grupo disciplinar (Educação Física). Exemplo: Regimento do Diretor das Instalações – ES Rio Maior
Responsabilidades pedagógicas e operacionais	<input type="checkbox"/> Coordenar a utilização dos espaços e equipamentos desportivos (curriculares, clubes, Desporto Escolar, comunidade). <input type="checkbox"/> Verificar condições de segurança, higiene e manutenção . <input type="checkbox"/> Elaborar relatórios de funcionamento, necessidades e prioridades de investimento . <input type="checkbox"/> Zelar pelo cumprimento das normas de utilização por alunos, professores e utilizadores externos.	Regimento dos Grupos de Educação Física (MEC). Normas DGE / Desporto Escolar sobre segurança e gestão de espaços.
Responsabilidade na articulação externa	<input type="checkbox"/> Articula com o Diretor, o Conselho Administrativo e a Câmara Municipal (que detém a tutela patrimonial). <input type="checkbox"/> Pode representar a escola nas vistorias técnicas, auditorias ou candidaturas a requalificação de instalações.	DL 21/2019 (transferência de competências para as autarquias). Regulamentos municipais de gestão das instalações escolares.
Função formativa	<input type="checkbox"/> Promove o uso pedagógico eficiente dos espaços. <input type="checkbox"/> Apoia o planeamento do Grupo de EF, garantindo a equidade no acesso e a qualidade das condições de prática . <input type="checkbox"/> Pode dinamizar ações de sensibilização sobre segurança, manutenção e utilização ecológica dos espaços.	CNE (2025) – Recomendações sobre qualidade educativa e segurança escolar.
Relatório anual	<input type="checkbox"/> Deve apresentar um Relatório Técnico de Funcionamento das Instalações Desportivas, com dados sobre utilização, incidentes, manutenção e necessidades.	Exigência constante em vários Regimentos de Grupo de EF e Planos Anuais de Atividades.

5



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas



5. Verbas para aquisição de material desportivo

Quadro – Formas e tipos de verbas atribuídas para material desportivo

Fonte / Tipo	Quem atribui	Para que tipo de material / equipamento	Como são distribuídas / critérios
Fundo de Financiamento da Descentralização (equipamentos escolares)	Governo central → Autarquias / escolas municipais	<input type="checkbox"/> Equipamento básico, material didático, mobiliário, equipamento desportivo, laboratorial, musical, tecnológico.	A verba é calculada por aluno, para todos os níveis de ensino. Por exemplo, em 2023 o valor transferido era 7,68€ por aluno para equipamentos, incluindo material desportivo.
Projetos especiais / Desporto Escolar Comunidade	Direção-Geral da Educação (MEC)	<input type="checkbox"/> Materiais específicos como kits de bicicletas, capacetes, entre outros, para iniciativas de mobilidade ou participação desportiva comunitária.	Candidaturas pelas escolas ou agrupamentos; existe dotação orçamental específica para estas operações.
Orçamento do Estado para o Desporto / Apoios municipais	Ministério com competências no Desporto + Câmaras Municipais	<input type="checkbox"/> Renovação de equipamentos desportivos municipais, eficiência energética, obras associadas, e também aquisição de equipamento desportivo.	Geralmente através de programas regionais ou cartas-convite aos municípios; existe possibilidade de candidatura por parte dos municípios.
Programas de eficiência energética / requalificação de instalações	Governo / Programas como PT2030	<input type="checkbox"/> Além das estruturas, inclui equipamento associado (material desportivo ligado às instalações, sistemas de iluminação, climatização sustentável) como parte da requalificação.	Verbas indicativas (ex: 247 milhões de euros para eficiência energética em equipamentos desportivos municipais) distribuídas por programas de financiamento.

- A Portaria n.º 262/2023 altera a Portaria n.º 10/2023 e inclui no Art.º 6.º que, a título extraordinário e transitório, durante o ano económico de 2023, a transferência associada aos equipamentos ... será de 7,68 euros por aluno.
- A Portaria n.º 10/2023, de 4 de janeiro, trata da fórmula de cálculo das transferências para equipamentos escolares.
- Em documentos do Tribunal de Contas é referido que o valor por aluno para equipamentos escolares (na competência de equipamento) foi estipulado para 7,68 €.

Quadro - Tipos de material abrangido segundo a legislação portuguesa

Categoria legal	O que diz a lei / portaria	Tipos de equipamento/material que inclui
Equipamentos educativos <i>(DL 21/2019, artigo 32.º; Portaria 10/2023, art. 1.º/2.º)*</i>	<input type="checkbox"/> Conjunto dos meios materiais usados, ainda que não exclusivamente, para a realização da atividade educativa. Inclui: edifícios escolares, equipamento básico, mobiliário, material didático, equipamentos tecnológicos e desportivos .	Ex: mobiliário (cadeiras, mesas, armários), quadros, sistemas de som/av, projetores; equipamento desportivo (bolas, redes, cestos) ; equipamento tecnológico (computadores, tablets), equipamento laboratorial; material didático geral (livros, manuais, etc.).
Equipamento desportivo	<input type="checkbox"/> Faz parte da categoria de equipamento educativo. A Portaria 10/2023 inclui explicitamente “equipamentos desportivos” como objeto de transferência financeira às autarquias para aquisição.	Inclui material desportivo usado nas aulas: bolas, redes, equipamentos básicos de modalidade (ex: redes de voleibol, cestos de basquetebol, etc.), equipamentos de ginásio escolar, material coletivo ou individual usado nas aulas e nas atividades didáticas.
Material didático	<input type="checkbox"/> Também integrado nos equipamentos educativos. Atende a ciclos pré-escolar, básico, secundário. A legislação prevê que seja usado para as atividades educativas normais.	Exemplos: livros, manuais, cadernos, quadros, material de expressão plástica, material de apoio pedagógico, material audiovisual, instrumentos de medição ou desenho, etc.
Equipamento tecnológico	<input type="checkbox"/> Incluído, mas com algumas limitações: O financiamento “tecnológico” abrange equipamento físico, mas não os recursos digitais (software ou conteúdos digitais) em certos casos.	Computadores, tablets, projetores, quadros digitais, equipamento de suporte tecnológico para laboratórios, equipamento informático usado para ensino.

- A **Portaria n.º 262/2023** altera a Portaria n.º 10/2023 e inclui no Art.º 6.º que, a título extraordinário e transitório, durante o ano económico de 2023, a transferência associada aos equipamentos ... será de **7,68 euros por aluno**.
- A Portaria n.º 10/2023, de 4 de janeiro, trata da fórmula de cálculo das transferências para equipamentos escolares.
- Em documentos do Tribunal de Contas é referido que o valor por aluno para equipamentos escolares (na competência de equipamento) foi estipulado para 7,68 €.

Quadro - Financiamento do Desporto Escolar

O Desporto Escolar é coordenado pela:

- Direção-Geral da Educação (DGE), através da Coordenação Nacional do Desporto Escolar (CNDE), e das Coordenações Regionais (Direções de Serviços Regionais).

Origem	Destino / Utilização	Instrumento legal / administrativo
Orçamento do Estado – Ministério da Educação	<input type="checkbox"/> Financiamento direto às coordenações regionais do Desporto Escolar, que transferem verbas para as escolas.	Despachos anuais da DGE (ex: Despacho n.º 6447/2022, de 25 maio).
Programas / Projetos Especiais da DGE	<input type="checkbox"/> Apoio à aquisição de material específico (kits, bicicletas, equipamentos de segurança, etc.).	Projetos como Desporto Escolar Comunidade (2022–2024).
Autarquias / Câmaras Municipais	<input type="checkbox"/> Apoios logísticos, transportes, troféus, cedência de espaços.	Protocolos locais com Agrupamentos de Escolas.
Patrocínios e Parcerias locais	<input type="checkbox"/> Apoios pontuais de clubes, federações, empresas locais (materiais ou transportes)	Protocolos de cooperação Escola–Clube–Município.
Programas Europeus (Erasmus+, POCH, PT2030)	<input type="checkbox"/> Projetos de mobilidade, intercâmbio e inovação no Desporto Escolar.	Candidaturas internacionais submetidas por escolas ou CNDE.

Gestão da verba na escola:

O financiamento é anual e distribuído às Escolas-Sede de Grupo-Equipa, segundo:

- Número de alunos/atletas;
- Número de modalidades ativas;
- Níveis de competição (local, regional, nacional);
- Despesas previstas com material, deslocações e organização de eventos.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Quadro - Síntese comparativa

Componente	Origem do financiamento	Gestão	Finalidade principal
Educação Física (curricular)	<input type="checkbox"/> Fundo de Financiamento da Descentralização → Autarquias → Escolas	Conselho Administrativo e Grupo de EF	Aquisição e manutenção de material e equipamentos escolares
Desporto Escolar (extracurricular)	<input type="checkbox"/> DGE / CNDE → Coordenações Regionais → Escolas	Coordenador do Desporto Escolar	Apoio logístico, material e transporte de alunos e equipas

Síntese interpretativa

- A Educação Física curricular é financiada indiretamente (via autarquias, dentro das verbas de equipamentos escolares).
- O Desporto Escolar, por sua vez, tem financiamento próprio e finalista, canalizado pela Direção-Geral da Educação, destinado ao desenvolvimento do programa nacional.
- Ambos devem articular-se de modo a garantir equidade, sustentabilidade e qualidade das condições materiais e humanas para a prática desportiva escolar.

Origem do Financiamento dos Cursos Profissionais (incluindo Técnico de Desporto)

O financiamento dos cursos profissionais (como o Técnico de Desporto) não segue o mesmo circuito orçamental das disciplinas curriculares do ensino regular.

De facto, há duas origens principais de financiamento: uma nacional (Orçamento do Estado) e outra europeia (fundos do Portugal 2030 / Fundo Social Europeu).

Fonte de financiamento	Descrição / Origem legal	Aplicação prática nas escolas
Fundo Social Europeu (FSE+)	<input type="checkbox"/> Financiamento europeu enquadrado nos programas Portugal 2020 e, atualmente, Portugal 2030, através do Programa Capital Humano (POCH) e, desde 2023, do Programa Temático Educação e Formação (PT EF 2030).	Cobre 80–85% dos custos elegíveis: formação, equipamentos, material didático, estágios, seguros, apoios sociais (refeições, transportes, bolsas).
Orçamento do Estado (OE)	<input type="checkbox"/> Cobre a contrapartida nacional (15–20%) dos custos não financiados pelo FSE, garantindo a execução total dos cursos.	Pago através do Ministério da Educação / Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).
Entidades promotoras / Escolas	<input type="checkbox"/> As escolas públicas ou privadas com cursos profissionais são as entidades promotoras dos projetos cofinanciados.	Gerem os fundos através de planos de ação aprovados e contratualizados com a ANQEP e a DGEstE.
ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional)	<input type="checkbox"/> Coordena a rede de cursos profissionais e valida o financiamento com o POCH / PT2030.	Responsável pela aprovação dos cursos, validação de planos financeiros e controlo da execução dos fundos.

Como chega o financiamento à escola

O processo segue um circuito administrativo específico:

1. A escola propõe a abertura do curso → ANQEP valida (perfil de saída, empregabilidade, coerência regional).
2. A DGEstE aprova o plano financeiro (horas, recursos, número de alunos).
3. O POCH (ou PT EF 2030) celebra um contrato de financiamento com a escola.
4. As verbas são transferidas para a escola em tranches, mediante execução e relatórios.

O financiamento cobre:

- Custos com docentes e formadores (horas letivas e técnicas);
- Equipamentos e materiais pedagógicos específicos** (no caso do Técnico de Desporto, material de treino, cronómetros, kits de primeiros socorros, software de avaliação, etc.);
- Apoios sociais aos alunos (subsídios de alimentação, transporte, alojamento, material escolar);
- Seguros escolares e de estágio;
- Formação em contexto de trabalho (FCT) — estágios em clubes, ginásios, câmaras, etc.

Legislação e Programas Relevantes

Diploma / Programa	Conteúdo Principal
<input type="checkbox"/> Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto	Regula a organização, funcionamento e avaliação dos cursos profissionais.
<input type="checkbox"/> Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho	Define o regime curricular e a integração dos cursos profissionais na oferta educativa.
<input type="checkbox"/> Decreto-Lei n.º 92/2014	Cria o POCH (Portugal 2020) — Programa Operacional Capital Humano.
<input type="checkbox"/> Decisão de Execução C(2023) 8075 final (Comissão Europeia)	Aprova o Programa Temático Educação e Formação – Portugal 2030, que substitui o POCH.
<input type="checkbox"/> ANQEP + DGEstE + IEFP	Entidades de articulação e execução técnica e financeira.

Síntese interpretativa

- O Curso Profissional de Técnico de Desporto — tal como os restantes cursos profissionais — é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu (FSE+) e pelo Orçamento do Estado português.
- As verbas são contratualizadas com a ANQEP e a DGEstE, e destinam-se não apenas ao funcionamento pedagógico, mas também ao equipamento, apoio social e estágios dos alunos.
- Trata-se, portanto, de um modelo de financiamento por projeto, distinto do ensino regular.

Quadro comparativo – Origem e Gestão do Financiamento em Educação Física, Cursos Profissionais e Desporto Escolar

Domínio educativo	Origem das verbas / fontes de financiamento	Entidades responsáveis pela gestão	Âmbito de aplicação
Educação Física (Ensino Regular)	<input type="checkbox"/> Orçamento do Estado → Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) → Autarquias / Câmaras Municipais → Escolas	Câmara Municipal (responsável pela aquisição e manutenção de equipamentos escolares) - Diretor e Conselho Administrativo (gestão interna) - Grupo de EF e Diretor das Instalações (levantamento de necessidades)	Material desportivo curricular Equipamento básico das instalações Manutenção e conservação
Cursos Profissionais (ex: Técnico de Desporto)	<input type="checkbox"/> Fundo Social Europeu (FSE+) + Orçamento do Estado (contrapartida nacional) → através dos programas POCH (Portugal 2020) e PT EF 2030 (Portugal 2030)	ANQEP (aprovação e acompanhamento técnico) DGEstE (contratualização e pagamentos) Escola promotora (execução e relatórios) Entidades de acolhimento da FCT (estágios)	Custos de formação (docentes, formadores) Material e equipamento específico (ex: cronómetros, aparelhos, kits de treino) Apoios sociais (alimentação, transportes, seguros, FCT)
Desporto Escolar (extracurricular)	<input type="checkbox"/> Orçamento do Estado – Ministério da Educação (via DGE e CNDE) <input type="checkbox"/> + apoios pontuais de autarquias, clubes e federações	Coordenação Nacional e Regional do Desporto Escolar (DGE) Coordenações Locais / Escolas-Sede de Grupo-Equipa Conselho Administrativo (execução orçamental)	Apoio logístico (transportes, inscrições, troféus) Material desportivo de competição e treino Organização de eventos e deslocações

Síntese interpretativa

- A Educação Física regular é financiada indiretamente, através das autarquias no âmbito da descentralização (equipamentos escolares).
- Os cursos profissionais têm financiamento direto por projeto, cofinanciado pela União Europeia (FSE+) e pelo Orçamento do Estado, com contratos específicos com a ANQEP/DGEstE.
- O Desporto Escolar é financiado anualmente pelo Ministério da Educação (DGE), com gestão descentralizada pelas coordenações regionais e pelas escolas-sede.
- O **sistema de financiamento da área da Educação Física e Desporto Escolar** é fragmentado, o que exige coordenação e planeamento integrado para garantir equidade, sustentabilidade e coerência pedagógica entre os três domínios.

Gestão das verbas na Educação Física, Desporto Escolar e Cursos Profissionais.

A direção da escola (ou agrupamento) tem obrigações de transparência, prestação de contas e gestão participada relativamente a todas as verbas públicas, incluindo as que dizem respeito à Educação Física, ao Desporto Escolar e aos Cursos Profissionais. Embora não use exatamente os termos “ética”, “equidade” ou “transparência” em secções específicas com esses títulos, o decreto-lei contempla todos esses princípios de forma implícita ou explícita, distribuídos por vários artigos.

Dimensão	Enquadramento e obrigações legais	Implicações práticas para a Educação Física e o Desporto Escolar
Princípio da transparência	<input type="checkbox"/> O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que define o regime de autonomia, administração e gestão das escolas, obriga os órgãos de gestão a garantir transparência e prestação de contas na utilização dos recursos financeiros	A direção deve partilhar de forma clara e documentada como são utilizadas as verbas atribuídas a equipamentos, manutenção, material didático e projetos.
Responsabilidade financeira do Diretor	<input type="checkbox"/> O Diretor é o responsável máximo pela gestão financeira e patrimonial da escola, mas deve fazê-lo com base em informação técnica e pedagógica fornecida pelos coordenadores de área	O Coordenador de Educação Física e o Diretor das Instalações Desportivas devem participar na planificação e execução orçamental, garantindo que as verbas são aplicadas conforme as necessidades reais da disciplina.
Princípio da participação e colegialidade	<input type="checkbox"/> O Conselho Administrativo (CA), composto pelo Diretor, Subdiretor/Adjunto e Chefe dos Serviços Administrativos, tem de aprovar e justificar todas as despesas <input type="checkbox"/> Os departamentos curriculares e coordenações devem ser consultados na definição de prioridades.	As decisões sobre a aplicação das verbas da EF e do Desporto Escolar não podem ser unilaterais. Devem basear-se em propostas do grupo disciplinar e relatórios de necessidades elaborados anualmente.
Prestação de contas	<input type="checkbox"/> Todas as verbas públicas, nacionais ou europeias (FSE+, POCH/PT2030, DGE), estão sujeitas a relatórios financeiros e pedagógicos de execução e a auditorias (Tribunal de Contas, IGEC, ANQEP).	A direção deve garantir acesso à informação sobre os montantes recebidos e gastos, e assegurar que as equipas de EF e cursos profissionais participam na monitorização do uso dos recursos.
Ética e equidade	<input type="checkbox"/> A Carta Ética da Educação e as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2025) reforçam a obrigação de gestão ética, transparente e equitativa das verbas, em coerência com os princípios da escola democrática.	A transparência orçamental é essencial para garantir que a EF e o Desporto Escolar não são secundarizados face a outras áreas curriculares, assegurando igualdade de oportunidades educativas e condições de trabalho dignas.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho

Tema	Artigo(s)	Descrição / Conteúdo Relevante
Transparência e Prestação de Contas	<input type="checkbox"/> Art.º 8.º — Princípios da autonomia <input type="checkbox"/> Art.º 13.º e 14.º — Instrumentos de autonomia <input type="checkbox"/> Art.º 24.º e 25.º — Conselho Geral	A autonomia das escolas assenta em responsabilidade e transparência na gestão. O Conselho Geral assegura a representação e fiscalização democrática. O diretor deve prestar contas à comunidade através de relatórios e planos de atividades.
Responsabilidade Financeira	<input type="checkbox"/> Art.º 20.º, n.º 1 al. f) <input type="checkbox"/> Art.º 26.º — Competências do Diretor <input type="checkbox"/> Art.º 28.º — Conselho Administrativo	O diretor é ordenador da despesa e responsável pela gestão financeira e patrimonial da escola. Deve assegurar uma utilização eficiente, legal e ética dos recursos públicos, respondendo perante o Conselho Administrativo e as entidades de tutela.
Participação e Colegialidade	<input type="checkbox"/> Art.º 11.º e 12.º — Órgãos de administração e gestão <input type="checkbox"/> Art.º 24.º a 31.º — Conselho Geral, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo	O modelo organizacional baseia-se em órgãos colegiais, garantindo a participação democrática de professores, pais, alunos, pessoal não docente e comunidade local.
Prestação de Contas	<input type="checkbox"/> Art.º 13.º — Instrumentos de autonomia <input type="checkbox"/> Art.º 26.º, n.º 1, al. I)	O diretor deve elaborar e apresentar anualmente o relatório de contas e de execução do plano de atividades, promovendo a transparência na gestão dos resultados pedagógicos e financeiros.
Ética e Equidade	Preâmbulo <input type="checkbox"/> Art.º 3.º, n.º 1 — Princípios gerais da autonomia	O diploma enfatiza uma liderança responsável, centrada no serviço público e na igualdade de oportunidades. Embora não mencione expressamente 'ética', exige decisões justas, transparentes e orientadas para o bem comum.

Síntese interpretativa

A direção da escola tem o dever legal e ético de gerir com transparência todas as verbas públicas, assegurando que:

- Os professores de Educação Física e coordenadores de curso participam na definição das necessidades;
- Há informação acessível e auditável sobre as despesas efetuadas;
- As verbas são aplicadas de acordo com as finalidades pedagógicas previstas (equipamento, manutenção, segurança, formação, estágios, etc.).
- A falta de partilha de informação financeira pode comprometer o cumprimento das atribuições pedagógicas da disciplina, enfraquecendo a sua qualidade e equidade.

Síntese interpretativa

Para que o Diretor de Instalações Desportivas possa dar uma resposta adequada às suas obrigações torna-se necessário:

- Diálogo entre a Direção e o Diretor de Instalações.
- Transparência na informação relativa às verbas atribuídas à Educação Física e Desporto escolar para que seja possível efetuar uma gestão orçamental bem estruturada.
- Resposta adequada da Direção às necessidades da Disciplina de Educação Física considerando o seu Atual Referencial Axiológico (Total Vinculação ao Modelo Desportivo) - Aprendizagens Essenciais.
- Sem investimento adequado, não há Educação Física de qualidade.
- A melhoria das condições materiais é uma questão de justiça educativa, e deve ser assumida como prioridade institucional e ética.

Carências de Material Desportivo no Grupo de Educação Física.

Dimensão de análise	Descrição / Factos observáveis	Enquadramento e referências
Realidade da escola	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O grupos de Educação Física reporta défice de material desportivo essencial (bolas, colchões, aparelhos, redes, cronómetros, cones, etc.). <input type="checkbox"/> Parte do material existente encontra-se obsoleto, danificado ou insuficiente para o número de turmas e alunos. 	<p>Relatórios das coordenações de EF (DGE / Desporto Escolar).</p> <p>Barreira, C. (2015). Conforto e Qualidade Ambiental nas Instalações Desportivas Escolares.</p>
Causas principais	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Subfinanciamento estrutural: o valor transferido para “equipamentos escolares” (7,68 €/aluno/ano, Portaria n.º 262/2023) é claramente insuficiente para cobrir material desportivo, tecnológico e didático. <input type="checkbox"/> Falta de priorização orçamental dentro da escola, onde EF é frequentemente vista como área não prioritária. <input style="color: red; font-weight: bold;" type="checkbox"/> Desgaste rápido do material devido à natureza intensiva da disciplina. <input type="checkbox"/> Dependência de projetos pontuais (Desporto Escolar ou autarquias) para repor equipamento básico. 	<p>Portaria n.º 10/2023 e DL 21/2019 (Financiamento descentralizado).</p> <p>CNE (2025) – Recomendações sobre equidade e qualidade educativa.</p>
Consequências pedagógicas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Limitação da diversidade pedagógica: reduz-se a variedade de modalidades e estratégias de ensino. <input type="checkbox"/> Dificuldade em cumprir as Aprendizagens Essenciais e os domínios de desempenho motor. <input type="checkbox"/> Desmotivação de alunos e docentes. <input type="checkbox"/> Maior risco de acidentes ou lesões por material degradado. 	<p>Kirk (2010) – Physical Education Futures.</p> <p>Bento (2016) – O valor educativo do desporto.</p>
Implicações éticas e de equidade	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Cria-se desigualdade entre escolas, penalizando os alunos de contextos menos favorecidos. <input type="checkbox"/> Contradiz os princípios do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, que preconiza igualdade de oportunidades e bem-estar. 	<p>Perfil dos Alunos (ME, 2017).</p> <p>CNE (2025).</p>
Caminhos de melhoria	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reforço das verbas descentralizadas destinadas à EF e ao material desportivo. <input type="checkbox"/> Maior transparência e planeamento participativo das aquisições. <input type="checkbox"/> Criação de fundos próprios ou candidaturas específicas (autarquias, POCH/PT2030, fundações). <input type="checkbox"/> Parcerias com clubes, IPDJ, associações e municípios para cofinanciamento. 	<p>UNESCO (2015) – Quality Physical Education Guidelines.</p> <p>WHO (2019) – Global Action Plan on Physical Activity.</p>

Síntese interpretativa

- O grupo de Educação Física enfrenta carências materiais estruturais que resultam de subfinanciamento histórico e baixa prioridade orçamental.
- Estas carências comprometem a qualidade pedagógica, a segurança e a equidade das aprendizagens, contrariando os princípios de uma Educação Física de Qualidade, definidos pela UNESCO (2015) e pelo CNE (2025).
- É, portanto, fundamental que a direção da escola adote uma gestão transparente e participada das verbas, permitindo que a EF disponha de recursos adequados à sua missão educativa.

6



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

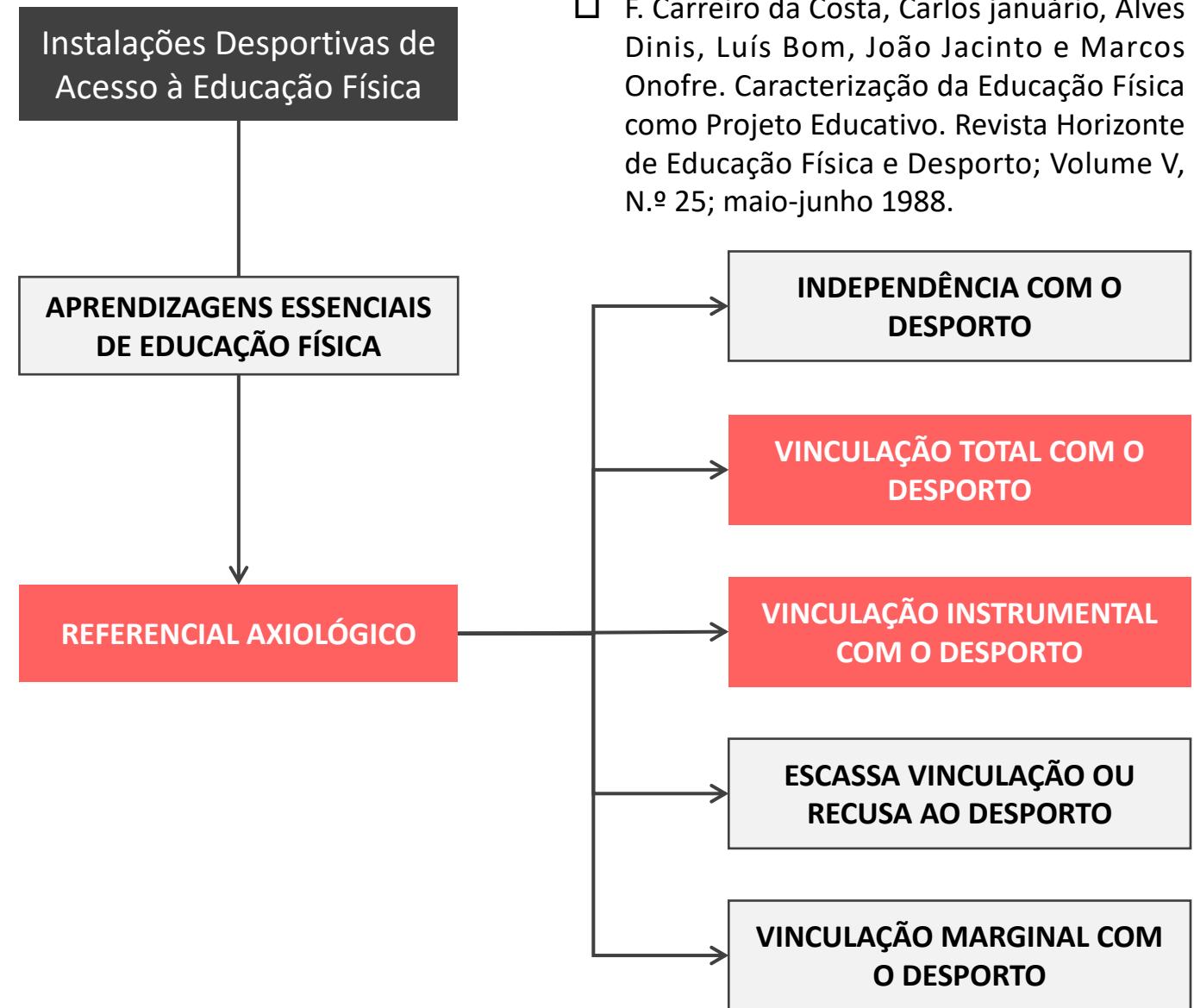
Para gestores
de políticas

6. Referencial Axiológico da EF

Constrangimentos

Educação Desportiva e a Educação Física

A disciplina de EF baseia o seu Conteúdo Pedagógico (CP) no trabalho de Daryl Siedentop. Siedentop afirmou acreditar que o **desporto** podia ser visto como uma matéria de ensino na Educação Física. Propôs um currículo e modelo de instrução que simulava aspetos contextuais chave do desporto. A designação deste Modelo Curricular designava-se por **Educação Desportiva** (atualmente escutamos o termo **literacia desportiva**) e representou a génese da inovação curricular na EF que subsequentemente proliferou por todo o globo tendo influenciado de forma muito significativa os Programas que estão na génese das atuais Aprendizagens Essenciais da EF (AEEF). Jean LeBoulch refere que, atualmente a EF confunde-se quase exatamente com a iniciação à prática competitiva e o seu corolário, a aprendizagem de gestos específicos.



Quadro – Diferentes referenciais Axiológicos

Referencial Axiológico		Objetivos	Conteúdos
I	Independência com o Desporto	<input type="checkbox"/> Higiene Postural e Respiratória <input type="checkbox"/> Disciplina Física e Moral	<input type="checkbox"/> Ginástica Sueca e Neo-Sueca <input type="checkbox"/> Método de Treino Natural (Hebertismo)
II	Vinculação Total com o Desporto	<input type="checkbox"/> Valores do Desporto: “Fair Play” <input type="checkbox"/> Competição. <input type="checkbox"/> Regras	<input type="checkbox"/> Desporto na Escola como meio de formação Integral. <input type="checkbox"/> Educação Desportiva (ED ou LD - Literacia Desportiva) surgiu de uma intenção em <u>estabelecer o lugar do desporto no centro do currículo de EF</u> <input type="checkbox"/> Aprendizagens Essenciais de EF
III	Vinculação Instrumental com o Desporto	<input type="checkbox"/> Rendimento Físico <input type="checkbox"/> Saúde Física <input type="checkbox"/> Aptidão Física	<input type="checkbox"/> Trabalho Sistemático da Aptidão Física <input type="checkbox"/> Fitescola <input type="checkbox"/> Aprendizagens Essenciais de EF
IV	Escassa Vinculação ou Recusa do Desporto	<input type="checkbox"/> Reeducação Morota <input type="checkbox"/> Adaptação percepção-motora <input type="checkbox"/> Relação Interpessoal, grupal e social	<input type="checkbox"/> Psicocinética <input type="checkbox"/> Psicomotricidade <input type="checkbox"/> Educação Somática <input type="checkbox"/> Atividades Body & Mind
V	Vinculação Marginal com o Desporto	<input type="checkbox"/> Saúde Integral <input type="checkbox"/> Recreação	<input type="checkbox"/> Aeróbica <input type="checkbox"/> Jogging <input type="checkbox"/> Fitness Indoor <input type="checkbox"/> Fitness Outdoor

Adaptado a partir de F. Carreiro da Costa, carlos januário, Alves Dinis, Luís Bom, João Jacinto e Marcos Onofre. Caracterização da Educação Física como Projeto Educativo. Revista Horizonte de Educação Física e Desporto; Volume V, N.º 25; maio-junho 1988.

Cláudio Farias, Isabel Mesquita e Peter Hastie no artigo *The Sport Educational Model: research update and future avenues for practice and investigation*, referem que, numa das suas primeiras publicações (Siedentop D 1994, *Sport education: quality PE through positive sport experiences. Human Kinetics*) afirmou que a **Educação Desportiva** (ED ou LD - **Literacia Desportiva**) surgiu de uma intenção em **estabelecer o lugar do desporto no centro do currículo de EF** através de pedagogias concebidas em referência à riqueza educativa dos jogos. O objetivo central de proporcionar atividades de aprendizagem contextualizadas definiu a ED como "um modelo curricular e de ensino concebido para **proporcionar experiências desportivas autênticas e educativamente ricas para raparigas e rapazes no contexto da educação física escolar**".

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Consequências da Desportivização da Educação Física:

- Dependência de Infraestruturas Desportivas que podem não estar devidamente adequadas (apetrechadas) para os objetivos da EF.
- Dependência de equipamento desportivo especializado, oneroso e de desgaste rápido.
- Consequências pedagógicas e curriculares (dificuldade em cumprir as Aprendizagens Essenciais da Disciplina)
- Privilegiam-se as atividades físicas e jogos baseadas na interdependência negativa (oposição).

Educação Física	Fatores / Aspetos a Considerar	Objetivos e Conteúdos
Modelo de Siedentop Educação Desportiva	Vinculação Total com o Desporto	Valores do desporto "Fair Play"; Competição; Regras: Desporto na Escola como meio de formação integral
	Vinculação Instrumental com o Desporto	Rendimento Físico; Saúde Física: Trabalho sistemático da Aptidão Física

Dependência das infraestruturas desportivas

- O modelo desportivo escolar — centrado em modalidades formais (futebol, basquetebol, voleibol, atletismo, etc.) — requer instalações específicas e normalizadas (campos, pavilhões, pistas, zonas de salto e lançamento, espaços para a ginástica, etc.).
- Este requisito torna a Educação Física fortemente dependente de infraestruturas desportivas onerosas, cuja manutenção e requalificação implicam custos elevados para as autarquias e para os agrupamentos escolares.
- Em contextos onde tais espaços são insuficientes ou degradados, as aprendizagens ficam limitadas, e o professor vê reduzida a sua margem de manobra pedagógica.

Dependência de equipamento desportivo especializado e de desgaste rápido:

- As AE enfatizam a prática formal e técnica de modalidades, o que implica equipamentos e materiais específicos (bolas, redes, alvos, blocos de partida, etc.) que:
- Exigem constante reposição e manutenção;
- Têm ciclo de vida curto devido ao uso intensivo por múltiplas turmas;
- Geram custos regulares e desigualdade entre escolas, consoante o orçamento disponível.
- Este fator dificulta a manutenção da qualidade das práticas, especialmente em escolas sem verba ou apoio municipal suficiente.

Consequências pedagógicas e curriculares:

- Quando o currículo está vinculado ao modelo desportivo formal:
 - a) A diversidade motora e expressiva dos alunos é reduzida (pouco espaço para exploração, cooperação, ou atividades criativas);
 - b) A Educação Física torna-se vulnerável à falta de meios materiais, em vez de promover aprendizagens transferíveis e sustentáveis.
- Além disso, este modelo reforça uma visão desportivizada e seletiva, afastando-se da lógica inclusiva e humanista das competências essenciais (motoras, sociais e emocionais).

Em síntese:

- O modelo desportivo dominante nas Aprendizagens Essenciais torna a Educação Física dependente de infraestruturas dispendiosas e de equipamento de rápida deterioração, comprometendo a equidade, a sustentabilidade e até a qualidade pedagógica da disciplina.

Quadro – Dependência da Educação Física face ao Modelo Desportivo nas Aprendizagens (A Educação Física torna-se vítima das suas próprias escolhas axiológicas).

Dimensão de Análise	Descrição / Aspectos Fundamentais	Consequências para a Qualidade e Sustentabilidade da Disciplina	Referências Teóricas
Dependência das infraestruturas desportivas	O modelo desportivo formal (centrado em modalidades regulamentadas) requer espaços específicos — pavilhões, campos, pistas, ginásios — com dimensões e equipamentos normalizados.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Elevados custos de construção, manutenção e requalificação. <input type="checkbox"/> Desigualdade entre escolas com e sem acesso a equipamentos adequados. <input type="checkbox"/> Limitação das aprendizagens em contextos com carência de instalações. 	Bento (2006) – Educação Física e Desporto: entre o ideal e o real. Carvalho (2013) – Modelos de prática e condições materiais da EF escolar.
Dependência de equipamento desportivo especializado e de desgaste rápido	As modalidades desportivas exigem material técnico diversificado (bolas, redes, tabelas, alvos, blocos de partida, cronómetros, etc.) sujeito a desgaste acelerado devido à utilização intensiva.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reposição frequente e despesas regulares. <input type="checkbox"/> Dificuldade em garantir qualidade e segurança do material. <input type="checkbox"/> Redução da autonomia pedagógica dos professores em escolas com baixos recursos. 	Parlebas (2001) – Jeux, sports et sociétés. Kirk (2010) – Physical Education Futures.
Enquadramento curricular e pedagógico restritivo	As Aprendizagens Essenciais enfatizam a lógica do “saber jogar” e da performance técnica, reproduzindo o modelo competitivo e federado.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Redução da diversidade motora e expressiva. <input type="checkbox"/> Menor espaço para abordagens cooperativas, criativas ou inclusivas. <input type="checkbox"/> A disciplina torna-se dependente de meios materiais e menos centrada no desenvolvimento integral do aluno. 	Kirk (1999, 2010) – Physical Education and Curriculum Studies. Bento (2012) – Educação Física: o valor formativo do corpo e do movimento.
Impacto na equidade e sustentabilidade	A vinculação ao modelo desportivo formal dificulta a adaptação às realidades locais e às condições materiais das escolas.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Desigualdades regionais e socioeconómicas agravadas. <input type="checkbox"/> Incoerência entre princípios de inclusão/participação e práticas dependentes de recursos dispendiosos. <input type="checkbox"/> Dificuldade em implementar práticas sustentáveis e inovadoras. 	Tavares (2014) – Educação Física e Inclusão Escolar. Kirk & Haerens (2014) – Physical Education, Pedagogy and Curriculum.

Síntese interpretativa

A forte vinculação das Aprendizagens Essenciais ao modelo desportivo técnico-tático condiciona a Educação Física portuguesa a um padrão materialista e seletivo, dependente de recursos físicos e financeiros. Tal dependência fragiliza a equidade, limita a inovação pedagógica e compromete o propósito educativo global da disciplina, que deveria centrar-se no bem-estar, na Literacia Física/Motora e na formação integral dos alunos.

Ameaça efetiva à Educação Física (EF), tanto no plano estrutural, axiológico como pedagógico.

A pressão exercida pelos rankings nacionais e pelas avaliações externas cria uma hierarquia de disciplinas onde as áreas avaliadas externamente (como Português, Matemática ou Ciências) são vistas como prioritárias para o prestígio institucional e para o sucesso mediático da escola.

Essa lógica tem implicações diretas e negativas na forma como a Educação Física é valorizada, financiada e organizada.

Será possível conciliar a avaliação externa que se centra na comparação e no controlo (ranking e accountability) com a flexibilidade curricular que se centra na divergência, no desenvolvimento integral e na aprendizagem significativa?

IAVE INSTITUTO
DE AVALIAÇÃO
EDUCATIVA, I.P.

**Avaliação externa,
flexibilização curricular
e perfil dos alunos à
saída da escolaridade
obrigatória**

Quadro – Impacto da pressão dos Rankings sobre a Educação Física.

Dimensão de Análise	Descrição / Efeito	Consequências para a Educação Física	Tipo de Impacto
Políticas e gestão escolar	As escolas são avaliadas e reconhecidas publicamente pelos resultados em provas externas (exames nacionais, Provas de Aferição, etc.).	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A EF é vista como “disciplina não prioritária”. <input type="checkbox"/> Redução de verbas para equipamentos e manutenção de instalações. <input type="checkbox"/> Menor investimento em projetos e materiais específicos. 	Ameaça estrutural
Organização curricular e horária	A prioridade às disciplinas “nucleares” leva à compressão de tempos letivos ou deslocação da EF para horários menos favoráveis.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aulas em horários de menor rendimento (últimos tempos, intervalos longos, espaços partilhados). <input type="checkbox"/> Dificuldade na articulação entre turmas e espaços. 	Ameaça organizacional
Reconhecimento pedagógico e cultural	A EF é percecionada como área lúdica, menos exigente e sem impacto nos resultados académicos externos.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Diminuição do estatuto profissional e simbólico da disciplina. <input type="checkbox"/> Desvalorização da sua função formativa (saúde, inclusão, cidadania). 	Ameaça simbólica / axiológica
Motivação docente e sustentabilidade educativa	A falta de reconhecimento institucional gera frustração e limita a inovação pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Desmotivação e menor participação em projetos interdisciplinares. <input type="checkbox"/> Dificuldade em justificar propostas inovadoras perante direções e tutela. 	Ameaça pedagógica e motivacional
Impacto nos alunos e na cultura escolar	O foco exclusivo no desempenho académico reduz o tempo e a importância das aprendizagens corporais, sociais e emocionais.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Empobrecimento da formação integral. <input type="checkbox"/> Menor desenvolvimento de competências socioemocionais e de literacia motora. <input type="checkbox"/> Redução da participação ativa e saudável. 	Ameaça ao desenvolvimento integral

Síntese interpretativa

A pressão dos rankings e das avaliações externas constitui uma ameaça real à Educação Física escolar, pois desvia recursos, reconhecimento e tempo pedagógico para áreas avaliadas externamente.

Este fenómeno reforça desigualdades estruturais, fragiliza o valor educativo da EF e contraria o princípio da formação integral defendido pelo Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Quadro – Potenciais benefícios da substituição dos exames nacionais (segundo o CNE).

Recomendação n.º 1/2025 do Conselho Nacional de Educação (CNE) — “Exames finais nacionais e acesso ao ensino superior” — a substituição progressiva dos exames nacionais por formas diversificadas de avaliação

Dimensão	Descrição / Justificação	Benefícios para a Escola e a Educação Física
Pedagógica	A avaliação centrada em exames padronizados limita a inovação curricular e a autonomia pedagógica das escolas. O CNE defende formas de avaliação contínua, diversificada e contextualizada.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Maior valorização das aprendizagens formativas e da avaliação qualitativa. <input type="checkbox"/> Reforço da autonomia docente na conceção e adaptação de estratégias. <input type="checkbox"/> Criação de espaço curricular para áreas como a Educação Física, Artes e Cidadania.
Curricular	O foco nos exames reforça a hierarquia das disciplinas “de exame”, marginalizando áreas não sujeitas a avaliação externa.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reduz a pressão académica centrada em Português e Matemática. <input type="checkbox"/> Promove uma visão mais holística e interdisciplinar do currículo. <input type="checkbox"/> Possibilita a revalorização curricular da Educação Física como área de formação integral.
Equidade e Inclusão	O sistema de exames penaliza alunos de contextos desfavorecidos e reforça desigualdades sociais e culturais.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Favorece uma avaliação mais justa, baseada no percurso individual. <input type="checkbox"/> Diminui a competição escolar e o estigma de “fracasso”. <input type="checkbox"/> Potencia o reconhecimento de diferentes talentos, incluindo os motores e expressivos.
Bem-estar e saúde mental	O CNE identifica o stress avaliativo e o clima de pressão causado pelos exames como fatores de mal-estar generalizado entre alunos e professores.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reduz o stress escolar e o burnout docente. <input type="checkbox"/> Liberta tempo para projetos de bem-estar, expressão corporal e atividade física. <input type="checkbox"/> Reforça a ligação entre escola saudável e sucesso educativo
Organização e cultura escolar	A centralidade dos exames condiciona a gestão do tempo, dos recursos e das prioridades pedagógicas das escolas.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Permite uma distribuição mais equilibrada de verbas e horários. <input type="checkbox"/> Desconcentra o poder curricular das disciplinas avaliadas externamente. <input type="checkbox"/> Facilita a implementação de projetos interdisciplinares onde a EF tem papel ativo (saúde, sustentabilidade, cidadania).
Valorização profissional docente	O modelo baseado em exames subordina a ação dos professores a métricas externas e quantitativas.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reforça a profissionalidade docente e a confiança nas escolas. <input type="checkbox"/> Reconhece o papel pedagógico e educativo da Educação Física como componente essencial da formação integral. <input type="checkbox"/> Promove autonomia e inovação pedagógica.

Síntese interpretativa

A substituição dos exames nacionais, conforme proposto pelo CNE, permitiria recentrar o sistema educativo na aprendizagem e não na classificação, valorizando todas as áreas do currículo, incluindo a Educação Física.

Ao libertar a escola da lógica competitiva e classificatória dos rankings, cria-se um ambiente mais equilibrado, inclusivo e formativo, onde o corpo, o movimento e o bem-estar voltam a ser dimensões legítimas da educação integral.

7



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

7. mais investimento em
infraestruturas



UNESCO
Publishing

United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

3.2.5 Instalações, Equipamentos e Recursos

A oferta de EFQ requer recursos materiais e apoio técnico apropriado para garantir acesso à educação física para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências.

Para gestores
de políticas

O compromisso financeiro, relativo à mobilização de recursos para um currículo responsável – não necessariamente avaliativo – de educação física, deve proporcionar espaços, instalações e equipamentos para as atividades, que sejam adequados, acessíveis, interiores e exteriores, incluindo espaços de armazenamento do material de apoio.

Para assegurar o lugar da educação física no currículo escolar, a oferta não deve ser marginalizada em favor de outras disciplinas e/ou eventos que requerem recursos. Nas situações em que isso for inevitável, devem ser realizados esforços para oferecer educação física utilizando instalações alternativas e apropriadas.

Nesse sentido, as parcerias com organizações desportivas comunitárias devem se estender ao uso de instalações da comunidade para reduzir custos e incentivar os jovens a se envolverem no desporto extracurricular e em atividades físicas, para além da prática na escola. Esse pode ser um processo de *mão dupla*, de modo a garantir que as instalações das escolas também sejam disponibilizadas às comunidades durante as noites e nos finais de semana.

Reflexão: espaços cobertos adequados

Disciplina de Educação Física.

Eixo de intervenção	Propostas de utilização do investimento	Benefícios para a Educação Física e a literacia física
Construção ou ampliação de um Pavilhão Polivalente Formativo	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Construção de um novo pavilhão com duas naves, concebido segundo o modelo de instalação de base formativa (DL n.º 317/97). <input type="checkbox"/> Espaço preparado para várias modalidades (basquetebol, voleibol, badminton, dança, fitness, ginástica, corfebol, andebol, escalada indoor, atletismo indoor, etc...) 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Garante aulas regulares em todas as condições climatéricas. <input type="checkbox"/> Aumenta o tempo útil de prática. <input type="checkbox"/> Melhora a qualidade pedagógica e a segurança. <input type="checkbox"/> Favorece o desenvolvimento global da literacia física. <input type="checkbox"/> Serve várias escolas (ESDACSF; ESDRM; EBMS)
Requalificação do Polidesportivo existente	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Adaptação do espaço para uso escolar formativo. <input type="checkbox"/> Marcação transversal de campos (voleibol, basquetebol, badminton). <input type="checkbox"/> Instalação de mangas encastradas no solo para postes de voleibol. <input type="checkbox"/> Colocação de tabelas laterais móveis e balizas pequenas. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Permite o ensino simultâneo de várias turmas. <input type="checkbox"/> Aumenta o empenhamento motor. <input type="checkbox"/> Diversifica as modalidades. <input type="checkbox"/> Transforma o espaço “especial” num espaço “formativo”.
Cobertura parcial de espaços exteriores	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Instalação de coberturas modulares ou tensoestruturas em zonas estratégicas (ex.: campos do Parque Desportivo). <input type="checkbox"/> Estruturas metálicas leves com proteção solar e pluvial. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Permite aulas regulares em dias de chuva ou calor intenso. <input type="checkbox"/> Aumenta a continuidade pedagógica. <input type="checkbox"/> Solução económica e rápida de implementar.
Planeamento conjunto de horários e gestão partilhada	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Atribuição prioritária dos espaços à Educação Física no período da manhã pelas várias escolas. <input type="checkbox"/> Uso pelos clubes no período, final da tarde e pós-laboral. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reduz conflitos de utilização e sobreposição de horários. <input type="checkbox"/> Rentabiliza o investimento público. <input type="checkbox"/> Reforça a articulação escola–comunidade.
Equipamento e material pedagógico comum	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aquisição partilhada de redes, tabelas, balizas, colchões e cronómetros digitais. <input type="checkbox"/> Gestão conjunta e manutenção partilhada. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Melhoria da qualidade e segurança das aulas. <input type="checkbox"/> Uniformização das condições de prática entre escolas. <input type="checkbox"/> Promove equidade e sustentabilidade.
Impacto educativo e social global	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estratégia integrada entre DESMOR e escolas para o uso pedagógico das instalações. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Melhoria da literacia física e da saúde dos alunos. <input type="checkbox"/> Maior motivação e envolvimento. <input type="checkbox"/> Maior rentabilização social do investimento. <input type="checkbox"/> Fortalecimento da identidade de Rio Maior como “Cidade do Desporto e da Educação”.

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS ONEROSAS

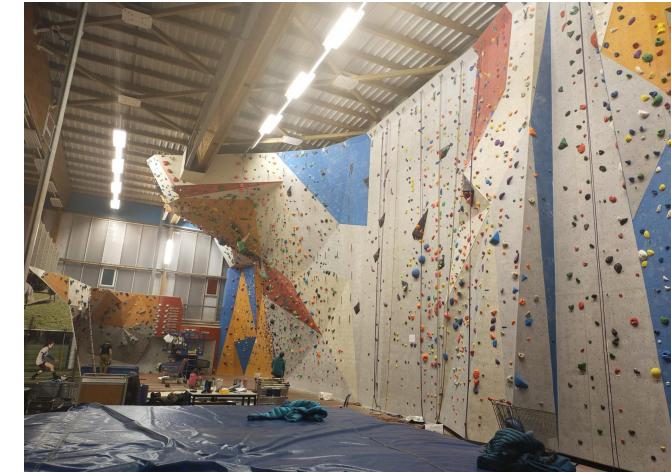
Testemunho Pessoal.

João Jorge

No ano 1990/1991 participei no Programa ERASMUS para mobilidade de estudantes a nível Universitário. Decidi frequentar durante 1 ano letivo a Universidade Claude Bernard Lyon I, UFR (*Unité de Formation et de Recherche*) - STAPS (*Sciences et Techniques des Activités Physiques et Sportives*) CURSO: "Organisation et Gestion des Sports Loisir";

Em Portugal, o período de 90 a 2000 é considerado, em termos de equipamentos desportivos, uma fase de grande expansão. Porém, em França, o parque desportivo já apresentava uma maturidade que em Portugal ainda não alcançou.

- Portugal aderiu à CEE (1986) → fundos comunitários.
- Programas nacionais como o Programa de Apoio às Infraestruturas Desportivas (PAID) e os investimentos do PRODEP (rede escolar).
- As autarquias assumiram papel central, construindo centenas de pavilhões municipais, piscinas cobertas e complexos desportivos.



Nesta altura, em França (Lyon) já o parque desportivo tinha atingido a sua **maturidade**:

- Como é um país situado mais a norte, **verifica-se um grande investimento em espaços cobertos para garantir a prática desportiva durante todo o ano.**
- Por norma, um pavilhão Desportivo, em Lyon (UFR-STAPS) era constituído por duas ou mais naves juntas permitindo inclusivé a prática de salto em altura, escalada e uma multiplicidade de desportos durante o inverno sem interrupção, e em simultâneo. Esse é um tipo de visão e investimento que “deveria” ser equacionado na Cidade do Desporto (Rio Maior).

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

CAR RIO MAIOR INTEGRA PRIMEIROS CONTRATOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2024-2028

O Centro de Alto Rendimento de Rio Maior (CAR Rio Maior) foi um dos primeiros a integrar a assinatura do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo 2024-2028, iniciativa que mobiliza 65 milhões de euros de investimento no desporto nacional, sendo 10 milhões destinados ao investimento nos Centros de Alto Rendimento.

Estamos certos que o Projeto de Desenvolvimento Desportivo do CAR, de Rio Maior, contempla um investimento em **Espaços Polivalentes Cobertos** para uma Educação Física de Qualidade nas Escolas!... e também em benefício dos clubes desportivos que propõem outras modalidades para além do futebol.



DESMOR - Sugestão de Espaço Formativo Polivalente.



INVESTIMENTO EM
INFRAESTRUTURAS ONEROSAS

DESMOR - Sugestão de Instalações Multidesportivas Polivalentes Formativas - INDOOR MULTISPORT COMPLEX

Maturidade Desportiva



INVESTIMENTO EM
INFRAESTRUTURAS ONEROSAS

DESMOR - Sugestão de Instalações Multidesportivas Polivalentes Formativas - INDOOR MULTISPORT COMPLEX - **Maturidade Desportiva**



INVESTIMENTO EM
INFRAESTRUTURAS ONEROSAS



INVESTIMENTO EM
INFRAESTRUTURAS ONEROSAS



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

II - Flexibilidade do Programa Escolar

Mudança de Paradigma: Escassa Vinculação dos Objetivos e Conteúdos da EF relativamente ao Modelo Desportivo

3.2.1 Flexibilidade Curricular

A EFQ oferece uma ampla gama de contextos e ambientes de aprendizagem que requerem recursos e criatividade dos alunos, bem como a habilidade para trabalhar de forma independente e colaborativa.

Para tornar significativos os currículos de educação física para crianças e jovens do século XXI, teorias inovadoras de aprendizagem e novas percepções da disciplina devem ser consideradas, avaliadas e implementadas (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

Muitos dados contemporâneos indicam uma deterioração percebida nas atitudes dos estudantes em relação à educação física, devido ao domínio de esportes competitivos e atividades baseadas no desempenho.

Dada a ampla gama de resultados – educacionais e outros –, frequentemente reivindicados para a educação física, argumenta-se que os programas tradicionais adotam uma abordagem “um tamanho serve para todos” e, ao fazê-lo, não são capazes de atingir qualquer um desses resultados.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

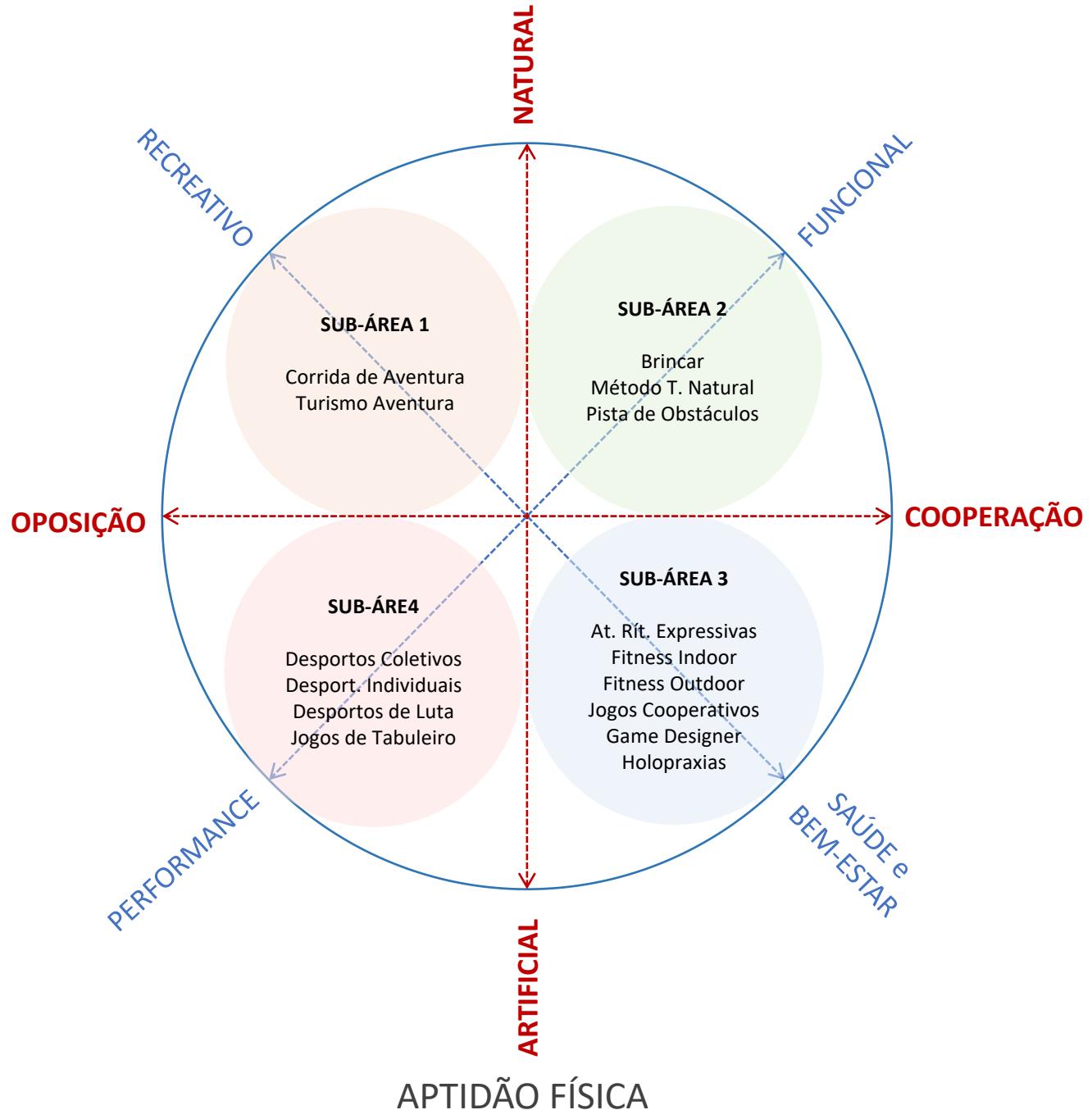
Uma abordagem mais equilibrada da educação física capacita todos os alunos, quaisquer sejam seus talentos ou habilidades, a desenvolver seu potencial e aumentar sua competência física, expandindo notavelmente as habilidades que cada participante obtém. O **acesso a um currículo bem equilibrado** possibilita o desenvolvimento de competências sociais, cooperativas e solucionadoras de problemas.

Para **maximizar a contribuição da educação física** para o desenvolvimento de hábitos positivos ao longo da vida, os **currículos devem ser flexíveis e abertos à adaptação, para que os professores sejam empoderados a adequar a oferta para atender às diversas necessidades dos jovens com os quais estão trabalhando**. Isso deve ser feito por meio de consultas aos jovens para garantir que seus interesses e necessidades sejam refletidos, bem como para fortalecer o engajamento cívico mais amplo por meio da atividade física.

DESVINCULAÇÃO DA EF DO MODELO DESPORTIVO

Esta alternativa só seria viável se fosse vinculativa a Nível Nacional ou se as Escolas Usufruissem de Verdadeira Autonomia Pedagógica.

SUBÁREA	Categorias de Atividades
SUBÁREA 1	1 Corrida de Aventura 2 Turismo Aventura 3 Brincar
SUBÁREA 2	4 Método de Treino Natural 5 Pista de Obstáculos
SUBÁREA 3	6 Atividades Rítmicas e Expressivas 7 Fitness Indoor 8 Fitness Outdoor 9 Jogos Cooperativos 10 Game Designer 11 Holopraxias
SUBÁREA 4	12 Desportos Coletivos 13 Desportos Individuais 14 Desportos Luta 15 Jogos de Tabuleiro



Os desportos tradicionais coletivos e individuais passam a constituir apenas uma das 4 subáreas.

Os atuais currículos de EF (AEEF) apenas contemplam um leque restrito de opções, beneficiando e promovendo determinados desportos em detrimento de outros, não havendo um critério verdadeiramente lógico para tal inclusão ou exclusão. Além disso, seria impossível aos alunos, durante o seu percurso escolar, experimentar todos os desportos que existem. Por outro lado, não é de forma alguma o interesse e objetivo da EF, promover o desporto, no entanto este conseguiu-se impor, através daqueles que defendem a ideologia da Educação Desportiva de Siedentop, na Educação Física Nacional.

Como tal, não faz sentido repetir as mesmas matérias em todos os ciclos de ensino ou realizar desportos que proporcionem experiências MDEE (Mecânica, Dinâmica, Estética e Ética) muito semelhantes, porque o objetivo da EF não é a iniciação à prática desportiva, mas sim a ***literacia física***, privilegiando o ecletismo (O desporto não é um fim em si mesmo).

- a) Jogos de invasão territorial com semelhança estrutural (basquetebol, andebol, futebol, futsal, raquebi, floorball, frisbee, corfebol, etc..).
- b) Jogos de rede/parede com semelhança estrutural (ténis, badminton, squash, voleibol, pádel), etc...

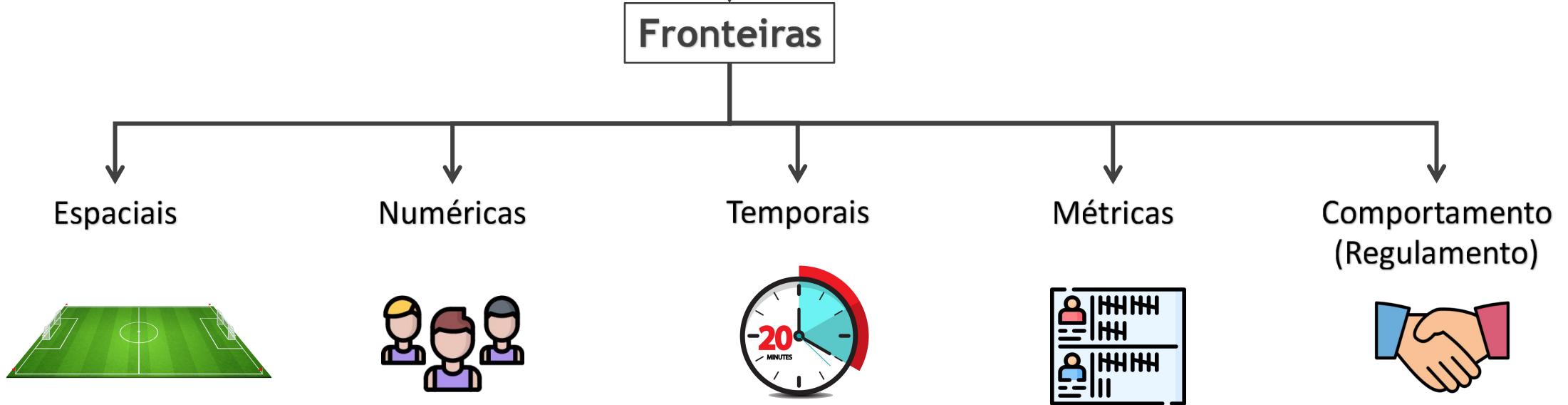
MATÉRIAS CURRICULARES REDUNDANTES:

Não devemos esquecer que o objetivo da Educação Física não é a iniciação desportiva porém, os “Programas” (AEEF) mimetizam este princípio:

Torna-se redundante colocar os alunos em contacto com todos os jogos desportivos coletivos das AEEF na medida que a abordagem de um deles permite que os alunos entrem em contacto com os mesmos pressupostos técnicos e táticos, regulamentares, comuns a todos eles.

- Desta forma **ganha-se tempo** para explorar outras formas de expressão motora, outras metodologias e sobretudo permite espaço para a divergência e criatividade (salvaguarda do legítimo direito ao pluralismo que significa liberdade pedagógica).
- Liberta a disciplina de EF das limitações estruturais oferecidas pelos Espaços desportivos sem insuficientes, sem características polivalentes, ou mal equipados (desadequação para a EF).
- Diminui a pressão sobre os orçamentos escolares porque o imperativo da aprendizagem da componente técnica diminui (uma bola por aluno por turma, por modalidade - tempo de empenhamento motor).

Jogos Finitos Desportivos



Aspectos Comuns aos JDC

- Bola (pela qual lutam as equipas)
- Espaço de Jogo (onde se desenvolve o confronto)
- Alvo (a atacar e a defender)
- Colegas (com quem cooperar)
- Adversários (oposição a vencer)

Aspectos Específicos dos JDC

- Regras dos Jogos (específicas)
- Duração do jogo (tempo)
- Dimensões do Terreno de jogo (campo)
- Técnicas e táticas específicas
- Disputa complexa específicas (individual e coletiva)

Os decisores políticos reconhecem cada vez mais o potencial das atividades não-tradicionais e não-institucionalizadas que encorajam os jovens a um envolvimento e procura do bem-estar e saúde física.

Até ao momento, o **desporto tradicional** tem sido privilegiado nas políticas sociais pelo facto de atacar os problemas relacionados com a obesidade juvenil, comportamentos anti-sociais e exclusão social.

A atual política desportiva e da atividade física criou o Game Plan and Playing to Win que sugere que a participação no desporto e atividades recreativas facilita a melhoria da saúde, reduz o nível de criminalidade, cria emprego e encoraja uma atitude mais positiva relativamente à educação.

A validade destas afirmações e a natureza das evidências utilizadas para justificar este modelo de intervenção político multifacetado, tem sido alvo de um forte criticismo, verificando-se uma mudança do foco dos **desportos tradicionais formais** para as atividades físicas e estilos de vida não tradicionais e informais a nível dos debates e processos políticos.

Os **desportos informais** têm conquistado um papel cada vez maior ao nível da atividade física e dos estilos culturais dos jovens. Certos comentadores argumentam que estes movimentos têm começado a substituir os desportos de equipa tradicionais e a desafiar a forma tradicional de utilização dos parques desportivos e de recreio urbano.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

Alguns autores têm sugerido que o reconhecimento da diversidade das culturas e práticas desportivas que existem fora do contexto dos desportos tradicionais, tem-se tornado **cada vez mais relevante** no contexto das análises políticas daqueles que procuram demonstrar a contribuição do desporto para a saúde, envolvimento dos cidadãos e para a economia.

As crianças e jovens que brincam nas ruas passam mais horas em movimento que os atletas do desporto competitivo.



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
Publishing

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Para gestores
de políticas

III - Reflexão Final

Análise SWOT

Análise SWOT ou Análise FOFA



Análise SWOT da Educação Física – Ameaça: Pressão dos rankings e das avaliações

AMEAÇA: Pressão das escolas para obter melhores resultados nas disciplinas académicas avaliadas externamente (exames nacionais e provas de aferição), que garantem visibilidade nos rankings e prestígio institucional.

Categoria	Descrição da Ameaça	Efeitos e Consequências na Educação Física	Referências Teóricas / Fundamentação
Impacto estrutural	Redução da prioridade atribuída à Educação Física nas decisões de gestão escolar e orçamental.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Menor alocação de verbas para equipamentos e manutenção de instalações. <input type="checkbox"/> Dificuldade na renovação e modernização dos espaços desportivos. <input type="checkbox"/> Desigualdade entre escolas em função dos recursos locais. 	Bento (2006) – Educação Física e Desporto: entre o ideal e o real. Carvalho (2013) – A Educação Física e as condições materiais do ensino.
Impacto organizacional	Priorização das disciplinas avaliadas externamente na construção dos horários e gestão do tempo letivo.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Compressão do tempo de aula de EF. <input type="checkbox"/> Colocação da EF em horários menos favoráveis (final do dia, espaços partilhados). <input type="checkbox"/> Menor articulação interdisciplinar. 	Tinning (2012) – Pedagogy and Human Movement. Bento & Marques (2010) – Currículo e gestão da EF escolar.
Impacto simbólico / axiológico	Valorização pública e mediática das disciplinas “de exame” reforça uma hierarquia curricular que marginaliza a EF.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Diminuição do reconhecimento social e profissional da EF. <input type="checkbox"/> Redução do seu estatuto formativo no currículo. <input type="checkbox"/> Enfraquecimento do papel da EF na educação integral. 	Kirk (2010) – Physical Education Futures. Bento (2012) – Educação Física: o valor formativo do corpo e do movimento.
Impacto pedagógico e motivacional	Pressão institucional centrada no desempenho académico condiciona a inovação e a motivação docente na EF.	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Menor incentivo para práticas inovadoras ou projetos de bem-estar. <input type="checkbox"/> Frustração e desvalorização profissional dos docentes. <input type="checkbox"/> Perda de sentido formativo e ético na ação pedagógica. 	Tavares (2014) – Educação Física e Inclusão Escolar. Kirk & Haerens (2014) – Physical Education, Pedagogy and Curriculum.

Síntese interpretativa

A pressão dos rankings escolares é uma ameaça real e estrutural à Educação Física, pois desloca prioridades e recursos para áreas com avaliação externa, fragilizando o estatuto pedagógico, material e simbólico da disciplina.

Essa lógica contraria os princípios de equidade, inclusão e formação integral inscritos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e nos documentos da UNESCO sobre Educação Física de Qualidade.

Análise SWOT da Educação Física – Ameaça: Pressão dos rankings e das avaliações

AMEAÇA: Pressão das escolas para obter melhores resultados nas disciplinas académicas avaliadas externamente (exames nacionais e provas de aferição), que garantem visibilidade nos rankings e prestígio institucional.

Dimensão	Descrição / Exemplos Concretos
FORÇAS	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Disciplina promotora do bem-estar físico, emocional e social, alinhada com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).<input type="checkbox"/> Contribui para a literacia motora, a saúde mental e a formação ética e cidadã.<input type="checkbox"/> Elevado potencial interdisciplinar, integrando-se em projetos de Educação para a Saúde, Sustentabilidade, Cidadania e ODS 3 e 4 da UNESCO.<input type="checkbox"/> Corpo docente altamente qualificado, com forte identidade profissional e capacidade de inovação.<input type="checkbox"/> Potencial de inclusão e valorização da diversidade através do movimento e da cooperação.
FRAQUEZAS	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Forte dependência de infraestruturas desportivas e de equipamentos onerosos, com custos de manutenção elevados.<input type="checkbox"/> Currículo ainda excessivamente vinculado ao modelo desportivo tradicional, limitando abordagens criativas e expressivas.<input type="checkbox"/> Horários pouco pedagógicos, sem respeitar o intervalo biológico de recuperação entre aulas.<input type="checkbox"/> Desvalorização institucional e curricular face às disciplinas avaliadas externamente.<input type="checkbox"/> Falta de reconhecimento na avaliação externa e nos rankings escolares, o que reduz a percepção do seu contributo educativo.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Recomendações do CNE (2025) propõem a substituição dos exames nacionais por formas diversificadas de avaliação, abrindo espaço para uma valorização da avaliação formativa e da aprendizagem integral.<input type="checkbox"/> Maior autonomia pedagógica e curricular das escolas permite inovar na EF com projetos interdisciplinares e centrados no bem-estar.<input type="checkbox"/> Enquadramento em políticas públicas de promoção da saúde e da atividade física (Plano Nacional de Desporto para Todos, Estratégia Nacional para a Atividade Física 2030).<input type="checkbox"/> Adoção de abordagens inclusivas e humanistas (educação emocional, corpo e movimento, sustentabilidade).<input type="checkbox"/> Possibilidade de a EF se tornar referência de boas práticas em avaliação formativa, interdisciplinaridade e bem-estar escolar.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Pressão dos rankings e das avaliações externas continua a reforçar a hierarquia das disciplinas “de exame”, penalizando a EF na alocação de recursos.<input type="checkbox"/> Construção de horários desajustada que ignora princípios biológicos e pedagógicos, prejudicando o rendimento e a motivação dos alunos.<input type="checkbox"/> Desigualdade no acesso a infraestruturas e equipamentos, agravando a disparidade entre escolas urbanas e rurais.<input type="checkbox"/> Envelhecimento e desgaste das instalações desportivas escolares, sem planos consistentes de requalificação.<input type="checkbox"/> Desvalorização simbólica e axiológica da EF, vista por vezes como recreativa e não como área de conhecimento.

Síntese interpretativa

A substituição dos exames nacionais e o reforço da avaliação contínua, defendidos pelo CNE, representam uma oportunidade histórica para reequilibrar o currículo, permitindo à Educação Física reafirmar o seu valor educativo, formativo e social.

Contudo, persistem ameaças estruturais ligadas ao financiamento, à organização horária e à percepção pública da disciplina, que exigem uma estratégia integrada de valorização curricular e institucional.

Análise SWOT – Prioridade do Desporto Federado vs. Educação Física Escolar

Dimensão	Descrição / Exemplos Concretos
FORÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A presença de atividades federadas e seleções escolares pode aumentar a visibilidade da escola e o prestígio institucional, reforçando o sentimento de pertença. <input type="checkbox"/> Potencia a utilização das infraestruturas para a comunidade, promovendo a ligação escola–município. <input type="checkbox"/> Possibilidade de identificar e apoiar talentos desportivos. <input type="checkbox"/> Incentivo à participação e à cultura desportiva entre os jovens.
FRAQUEZAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A Educação Física perde prioridade no acesso aos espaços e equipamentos, ficando muitas vezes relegada para instalações secundárias ou improvisadas. <input type="checkbox"/> Quebra da continuidade didática e interrupção de unidades de ensino planificadas (especialmente nas modalidades coletivas). <input type="checkbox"/> Desmotivação docente e discente, por falta de coerência na sequência das aprendizagens. <input type="checkbox"/> Gestão injusta dos recursos escolares, sem critérios pedagógicos claros. <input type="checkbox"/> Incoerência curricular entre o planeamento anual e a execução real das aulas.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reorganização dos critérios de utilização das infraestruturas com base na função educativa prioritária da escola e não na vertente competitiva. <input type="checkbox"/> Implementação de protocolos de utilização partilhada mais equilibrados entre EF, clubes e associações. <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de novas práticas e espaços alternativos (outdoor, natureza, espaços urbanos, recreios educativos). <input type="checkbox"/> Reforço do papel da EF como promotora de cultura física universal, não elitista. <input type="checkbox"/> Possibilidade de integrar as atividades federadas num modelo educativo de clube-escola, com supervisão pedagógica.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Domínio simbólico e material do desporto federado sobre a EF escolar, contrariando a sua missão formativa e inclusiva. <input type="checkbox"/> Dependência institucional das parcerias externas, que condicionam o planeamento letivo. <input type="checkbox"/> Desvalorização da EF como disciplina de base da educação integral, vista apenas como espaço de treino ou logística. <input type="checkbox"/> Perda de identidade educativa da escola em prol de uma lógica competitiva e rentabilizadora. <input type="checkbox"/> Conflitos internos entre docentes e entidades desportivas pela gestão de espaços e tempos.

Síntese interpretativa

A prioridade atribuída às seleções e ao desporto federado na utilização das infraestruturas constitui uma ameaça direta à coerência pedagógica da Educação Física.

Embora estas atividades possam reforçar o prestígio desportivo da escola, comprometem a continuidade das aprendizagens, a igualdade de acesso e o propósito educativo da disciplina.

A solução estratégica passa por equilibrar o uso dos espaços através de critérios pedagógicos transparentes, protocolos partilhados e uma gestão participada entre professores, direção e parceiros externos.

Análise SWOT – Prioridade do Desporto Federado vs. Educação Física Escolar

Dimensão	Descrição / Exemplos Concretos	Referências Teóricas / Fundamentação
FORÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> As atividades federadas e seleções escolares aumentam a visibilidade da escola e o sentimento de pertença. <input type="checkbox"/> Favorecem a ligação entre escola e comunidade desportiva, podendo contribuir para a ocupação dos tempos livres e para estilos de vida ativos. <input type="checkbox"/> Permitem identificar e apoiar talentos desportivos, potenciando carreiras ou percursos vocacionais. <input type="checkbox"/> Estimulam o espírito de equipa, o compromisso e a superação pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Bento (2006) – Educação Física e Desporto: entre o ideal e o real. <input type="checkbox"/> Kirk (2010) – Physical Education Futures
FRAQUEZAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A Educação Física perde prioridade no uso dos espaços, sendo forçada a recorrer a instalações alternativas ou inadequadas. <input type="checkbox"/> Ruptura da continuidade didática e das unidades de ensino planificadas, prejudicando o cumprimento das Aprendizagens Essenciais. <input type="checkbox"/> Desmotivação de alunos e professores devido à instabilidade na prática e à percepção de desvalorização institucional. <input type="checkbox"/> Gestão desigual dos recursos quando a lógica de rendimento sobrepuja à função educativa da escola. <input type="checkbox"/> Dependência excessiva do modelo desportivo formal, que condiciona a inovação pedagógica. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Parlebas (2001) – Jeux, Sports et Sociétés. <input type="checkbox"/> Tavares (2014) – Educação Física e Inclusão Escolar. <input type="checkbox"/> Bento & Marques (2010) – Currículo e gestão da EF escolar.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Revisão dos critérios de gestão das infraestruturas, priorizando o uso pedagógico e curricular da EF. <input type="checkbox"/> Estabelecimento de protocolos de utilização partilhada entre escolas e clubes, com base em critérios de equidade e função educativa. <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de novos espaços e contextos de prática (outdoor, espaços naturais, recreios, espaços urbanos) que ampliam a diversidade motora e social. <input type="checkbox"/> Possibilidade de transformar as atividades federadas em projetos formativos integrados, supervisionados pelos docentes de EF. <input type="checkbox"/> Reforço do papel da EF como promotora de “cultura física universal” e não apenas de rendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Kirk & Haerens (2014) – Physical Education, Pedagogy and Curriculum. <input type="checkbox"/> Bento (2016) – O valor educativo do desporto. <input type="checkbox"/> UNESCO (2015) – Quality Physical Education Guidelines for Policy-Makers.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Hegemonia do desporto federado sobre o pedagógico conduz a uma “colonização simbólica” da EF (Bento, 2006), reduzindo-a a instrumento de treino e competição. <input type="checkbox"/> Conflitos de gestão entre interesses educativos e desportivos, com impacto negativo na planificação curricular. <input type="checkbox"/> Desvalorização da missão educativa da escola, que se transforma num espaço de rendimento e seleção. <input type="checkbox"/> Perda de equidade entre turmas e ciclos, pois nem todos os alunos beneficiam do mesmo acesso aos espaços e equipamentos. <input type="checkbox"/> Erosão da identidade da EF enquanto disciplina formativa, integradora e humanista. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Bento (2006, 2012) – Educação Física: o valor formativo do corpo e do movimento. <input type="checkbox"/> Tavares (2014) – Educação Física e Inclusão Escolar. <input type="checkbox"/> Parlebas (2001) – Jeux, Sports et Sociétés.

Análise SWOT – Mudança de Paradigma da Educação Física (para além do modelo desportivo)

Dimensão	Descrição / Exemplos Concretos	Referências Teóricas / Fundamentação
FORÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A EF ganha relevância social e educativa, alinhando-se com os princípios do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e com as competências socioemocionais e de bem-estar. <input type="checkbox"/> Maior diversidade de conteúdos: expressão corporal, jogos cooperativos, literacia motora, atividade física na natureza, consciência corporal, mindfulness, etc. <input type="checkbox"/> Inclusão efetiva de todos os alunos, independentemente das aptidões desportivas. <input type="checkbox"/> Ampliação da identidade profissional do professor, como mediador de saúde, cultura e cidadania. <input type="checkbox"/> Maior coerência com as políticas internacionais da UNESCO e OMS sobre Educação Física de Qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Kirk (2010) – Physical Education Futures. <input type="checkbox"/> UNESCO (2015) – Quality Physical Education Guidelines for Policy-Makers. <input type="checkbox"/> Bento (2016) – O valor educativo do desporto.
FRAQUEZAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Resistência de parte do corpo docente e das estruturas escolares ainda ligadas ao paradigma do desporto federado. <input type="checkbox"/> Falta de formação contínua e de materiais didáticos ajustados às novas abordagens (corpo, emoção, natureza, criatividade). <input type="checkbox"/> Dificuldade em avaliar competências não técnicas, como o bem-estar, a cooperação ou a literacia motora. <input type="checkbox"/> Falta de reconhecimento social imediato — a comunidade tende a valorizar mais a competição e os resultados visíveis. <input type="checkbox"/> Necessidade de revisão profunda das Aprendizagens Essenciais e dos referenciais curriculares. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Parlebas (2001) – Jeux, Sports et Sociétés. <input type="checkbox"/> Bento & Marques (2010) – Currículo e gestão da EF escolar. <input type="checkbox"/> Tavares (2014) – Educação Física e Inclusão Escolar.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Recomendações do CNE (2025) e a eventual substituição dos exames nacionais criam um contexto favorável à avaliação formativa e holística. <input type="checkbox"/> Adoção de um paradigma baseado na educação para a saúde, bem-estar e sustentabilidade, em consonância com os ODS 3, 4 e 13 da ONU. <input type="checkbox"/> Inovação pedagógica através de jogos sérios, aprendizagem experiencial, tecnologias de monitorização e projetos interdisciplinares. <input type="checkbox"/> Valorização da EF enquanto área transversal que promove autonomia, autoconsciência e cidadania ativa. <input type="checkbox"/> Aproximação às famílias e comunidade, reforçando a cultura da atividade física quotidiana. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> WHO (2019) – Global Action Plan on Physical Activity. <input type="checkbox"/> UNESCO (2017) – Carta Internacional da Educação Física e Desporto. <input type="checkbox"/> Fernández-Balboa (2017) – Critical Postmodernism in Physical Education.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Inéria institucional e resistência à mudança curricular por parte das instâncias administrativas e políticas. <input type="checkbox"/> Redução de financiamento se a disciplina for percecionada como “menos desportiva” ou “menos competitiva”. <input type="checkbox"/> Desafios na comunicação pública — o novo paradigma pode ser mal compreendido como perda de rigor ou exigência. <input type="checkbox"/> Possível marginalização mediática, dado que o desporto de competição continua a dominar o imaginário coletivo. <input type="checkbox"/> Falta de tempo de transição e apoio à mudança (formação, recursos, enquadramento legal). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Kirk & Haerens (2014) – Physical Education, Pedagogy and Curriculum. <input type="checkbox"/> Bento (2006) – Educação Física e Desporto: entre o ideal e o real. <input type="checkbox"/> Tinning (2012) – Pedagogy and Human Movement.

Os ODS são um plano de ação global para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas possam viver com paz, saúde, dignidade e prosperidade, sem deixar ninguém para trás, até 2030.

Análise SWOT – Educação Física e Integração da Infraestrutura Verde (Rio Maior)

Dimensão	Descrição / Exemplos Concretos	Referências Teóricas / Fundamentação
FORÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Existência de uma ampla infraestrutura verde no entorno do Polígono Desportivo de Rio Maior (parques, trilhos, zonas florestais, espaços pedonais e cicláveis). <input type="checkbox"/> Potencial pedagógico e terapêutico do contacto com a natureza: melhoria da saúde mental, concentração e bem-estar emocional. <input type="checkbox"/> Redução da dependência de infraestruturas desportivas caras e sobrelotadas. <input type="checkbox"/> Promoção da literacia ecológica e motora de forma integrada. <input type="checkbox"/> Valorização da interdisciplinaridade, ligando EF a Ciências Naturais, Geografia, Cidadania e Sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Coutts & Hahn (2015); <input type="checkbox"/> UNESCO (2015) – Quality Physical Education Guidelines; <input type="checkbox"/> Bento (2016) – O valor educativo do desporto.
FRAQUEZAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Falta de formação docente específica em práticas outdoor e educação ambiental. <input type="checkbox"/> Condições meteorológicas podem limitar a continuidade das atividades ao ar livre. <input type="checkbox"/> Ausência de protocolos formais de utilização e manutenção dos espaços verdes. <input type="checkbox"/> Risco de insegurança ou de falta de acessibilidade para alguns alunos. <input type="checkbox"/> Perceção social limitada: atividades fora do pavilhão podem ser vistas como “menos sérias”. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Parlebas (2001) – Jeux, Sports et Sociétés; <input type="checkbox"/> Tinning (2012) – Pedagogy and Human Movement.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Implementação das recomendações do CNE (2025) que promovem avaliação diversificada e valorização da aprendizagem global. <input type="checkbox"/> Integração com ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 11 (Cidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação Climática). <input type="checkbox"/> Parcerias com autarquias, clubes e parques locais para dinamizar trilhos, projetos de mobilidade ativa e ecodesporto. <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de programas inovadores de “Educação Física Verde” e “Escola Saudável e Sustentável”. <input type="checkbox"/> Potencial de liderança de Rio Maior como território-modelo de Educação Física ecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> WHO (2019) – Global Action Plan on Physical Activity.; <input type="checkbox"/> UNESCO (2017) – Carta Internacional da Educação Física e Desporto.; <input type="checkbox"/> Coutts & Hahn (2015).
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Resistência institucional e cultural à mudança do paradigma desportivo tradicional. <input type="checkbox"/> Falta de investimento na manutenção da infraestrutura verde (limpeza, segurança, sinalização). <input type="checkbox"/> Risco de descontinuidade devido à falta de políticas locais de apoio. <input type="checkbox"/> Desigualdade de acesso se nem todas as escolas ou turmas tiverem condições para utilizar os espaços externos. <input type="checkbox"/> Eventual conflito de gestão entre entidades municipais, escolares e ambientais quanto ao uso dos espaços. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Bento & Marques (2010) – Currículo e gestão da EF escolar.; <input type="checkbox"/> Kirk (2010) – Physical Education Futures.; <input type="checkbox"/> Coutts & Hahn (2015).

Síntese interpretativa

A integração da infraestrutura verde na Educação Física representa uma mudança estratégica e sustentável, capaz de transformar o ensino do movimento num processo ecológico, inclusivo e formativo.

Em Rio Maior, esta abordagem permite valorizar o território como recurso educativo, fortalecer a ligação entre corpo e natureza, e redefinir a EF como promotora de saúde, cidadania e sustentabilidade.

Contudo, requer planeamento, formação docente e gestão colaborativa, para garantir a segurança, a continuidade e a legitimação pedagógica das práticas ao ar livre.

Quadro – Novo Paradigma da Educação Física: “Todo o espaço é potencialmente educativo e motor”

Dimensão de Análise	Descrição / Conteúdo Principal	Referências / Fundamentação Teórica
Princípio orientador	<input type="checkbox"/> Qualquer espaço, natural ou construído, interior ou exterior, formal ou informal, possui potencial educativo e motor. <input type="checkbox"/> A Educação Física deve explorar todos os ambientes como contextos significativos de aprendizagem, saúde e cidadania ativa.	<input type="checkbox"/> Bento (2016); Kirk (2010); UNESCO (2015)
Fundamentação pedagógica	<input type="checkbox"/> O movimento humano adquire sentido na relação entre corpo, espaço e cultura. <input type="checkbox"/> O espaço não é um “cenário” da aprendizagem, mas parte integrante do processo educativo. <input type="checkbox"/> Promove autonomia, criatividade e adaptação.	<input type="checkbox"/> Parlebas (2001); Tinning (2012)
Implicações curriculares	<input type="checkbox"/> Supera a dependência das infraestruturas desportivas formais. <input type="checkbox"/> Permite uma Educação Física mais flexível, ecológica e inclusiva. <input type="checkbox"/> Valoriza práticas ao ar livre, jogos informais, mobilidade ativa e expressão corporal.	<input type="checkbox"/> Coutts & Hahn (2015); UNESCO (2017)
Dimensão ecológica e sustentável	<input type="checkbox"/> Articula-se com a infraestrutura verde e os ODS 3 (Saúde), 4 (Educação), 11 (Cidades Sustentáveis) e 13 (Ação Climática). <input type="checkbox"/> Promove o contacto com a natureza, a consciência ambiental e estilos de vida sustentáveis.	<input type="checkbox"/> Coutts & Hahn (2015); WHO (2019)
Impacto educativo e social	<input type="checkbox"/> Democratiza o acesso à atividade física, tornando qualquer espaço um recurso educativo. <input type="checkbox"/> Desenvolve literacia motora, ecológica e emocional. <input type="checkbox"/> Reforça o sentido de pertença ao território e à comunidade.	<input type="checkbox"/> Bento & Marques (2010); Kirk & Haerens (2014)
Síntese do paradigma	<input type="checkbox"/> Todo o espaço é um espaço de Educação Física. <input type="checkbox"/> O valor educativo não reside na instalação ou no equipamento, mas na intencionalidade pedagógica com que o espaço é vivido e transformado.	<input type="checkbox"/> Bento (2016); Parlebas (2001)

Síntese interpretativa

Este novo paradigma desloca a Educação Física do modelo técnico-desportivo para um modelo humanista, ecológico e experiencial, onde o corpo, o espaço e o ambiente são dimensões inseparáveis do ato educativo.

A escola passa a ser um **ecossistema de movimento**, e não apenas um conjunto de instalações desportivas.

O novo paradigma da Educação Física assenta no princípio da ubiquidade do movimento:

“Todo o espaço é um espaço de Educação Física.”

O valor educativo não reside apenas no local ou no equipamento, mas na intencionalidade pedagógica com que o espaço é vivido.

Vinculação marginal do currículo de EF do Modelo desportivo - aposta em atividades mais informais:

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Fundamentação Pedagógica e Filosófica

1) Superação da dependência das infraestruturas desportivas

- A Educação Física deixa de estar confinada ao pavilhão ou ao campo, reconhecendo que o ambiente é um recurso pedagógico — o recreio, o corredor, o jardim, o parque urbano, a praia, a rua, o bosque ou o rio são todos espaços de aprendizagem motora e social.

2) Aprendizagem situada e contextual

- O movimento é compreendido no contexto da relação entre corpo, espaço e cultura. O aluno aprende em interação com o meio, desenvolvendo autonomia, adaptação e consciência ambiental.
- (Parlebas, 2001; Tinning, 2012)

3) Educação ecológica e sustentável

- Este princípio articula-se com a infraestrutura verde (Coutts & Hahn, 2015) e com os ODS 3, 4, 11 e 13, promovendo uma EF ligada à natureza, à comunidade e à sustentabilidade.

4) Democratização do acesso à prática física

- Qualquer lugar pode ser transformado num espaço inclusivo e acessível à atividade física — reduzindo desigualdades e alargando oportunidades.

5) Revalorização da dimensão existencial e cultural do corpo

- O corpo é reconhecido como instrumento de relação, expressão e criação de sentido, não apenas de desempenho técnico.
- (Bento, 2016; Kirk, 2010)

Quadro – Principais fatores/aspetos na análise das instalações desportivas (segundo Carla Barreira, 2012)

Com base na tese de Carla Barreira intitulada “Conforto e Qualidade Ambiental na Utilização de Parques Desportivos Escolares em Portugal”, podem identificar-se os principais fatores e aspetos a considerar na análise dos vários tipos de instalações desportivas, agrupados em dimensões técnicas e funcionais.

Segue um quadro-síntese organizado segundo as fontes principais da tese (Carta das Instalações Artificiais, Decreto-Lei n.º 141/2009 e parâmetros de conforto ambiental definidos no estudo):

Dimensão / Área de Análise	Fatores / Aspetos a Considerar	Indicadores / Exemplos	Fontes de Referência
Tipologia da Instalação	<input type="checkbox"/> Tipo, Setor, Cobertura, Modalidade	<input type="checkbox"/> Grandes Campos, Pequenos Campos, Salas de Desporto, Pavilhões, Piscinas, Instalações Especiais <input type="checkbox"/> Setor Federado vs. Recreação/Formação <input type="checkbox"/> Cobertas ou Descobertas	Carta das Instalações Artificiais (1988)
Parâmetros Geométricos	<input type="checkbox"/> Dimensões e volumetria	<input type="checkbox"/> Comprimento, Largura, Altura média, Área útil (m ²), Volume (m ³)	Tese, Cap. 2.2.2
Parâmetros Acústicos	<input type="checkbox"/> Qualidade sonora e inteligibilidade	<input type="checkbox"/> Nível sonoro equivalente (LAeq) <input type="checkbox"/> Ruído de fundo (LAeq_rf) <input type="checkbox"/> Tempo de reverberação (TR) <input type="checkbox"/> RASTI (inteligibilidade da palavra) <input type="checkbox"/> Isolamento sonoro (DnT,w; D2m,nT,w)	Cap. 3.2.1 e Quadro 5.25
Parâmetros Higrotérmicos	<input type="checkbox"/> Temperatura, humidade e ventilação	<input type="checkbox"/> Temperatura interior (17–22°C inverno; 18–26°C verão) <input type="checkbox"/> Humidade relativa (50–60%) <input type="checkbox"/> Ventilação (1,5–3 renovações de ar/hora)	Cap. 3.2.2 e Quadro 5.25
Parâmetros de Luminosidade	<input type="checkbox"/> Iluminação natural e artificial	<input type="checkbox"/> Nível de iluminância (400–500 lux ideal) <input type="checkbox"/> Uniformidade e ausência de ofuscamento	Cap. 3.2.3 e Quadro 5.25
Parâmetros Funcionais e Ergonómicos	<input type="checkbox"/> Conforto funcional e de uso	<input type="checkbox"/> Espaço útil e desafogo <input type="checkbox"/> Acessibilidade e segurança <input type="checkbox"/> Pisos adequados à prática <input type="checkbox"/> Reservas e arrumações	Cap. 1.1.3; 4.4.8
Conforto Psicológico e Estético	<input type="checkbox"/> Bem-estar e percepção do ambiente	<input type="checkbox"/> Estética, cor, materiais, ruído percebido, temperatura percebida <input type="checkbox"/> Satisfação dos utilizadores (inquéritos)	Cap. 4.3; Vischer (2007)
Enquadramento Legal e Normativo	<input type="checkbox"/> Cumprimento da legislação e normas técnicas	<input type="checkbox"/> Decreto-Lei n.º 141/2009 (instalações de uso público) <input type="checkbox"/> NP 4476 (ruído) <input type="checkbox"/> Regulamento das Condições de Conforto Térmico e Luminoso	Cap. 1.1.5
Índice de Conforto Global (ICG)	<input type="checkbox"/> Avaliação integrada multicritério	<input type="checkbox"/> Combinação ponderada dos parâmetros acústicos, térmicos e luminosos, com pesos definidos empiricamente	Cap. 5 – Metodologia Multicritério

Classificação das Instalações Desportivas segundo Carla Barreira.

Na tese “Conforto e qualidade ambiental na utilização de Parques Desportivos Escolares em Portugal” (Carla Barreira, 2015), as instalações desportivas são classificadas e avaliadas quanto aos parâmetros de conforto e saúde ambiental com base em medições objetivas e percepções dos utilizadores.

Domínio de Conforto	Parâmetros analisados / Valores de referência (ideais)	Conclusões sobre o estado das instalações (salas e pavilhões)	Implicações para a saúde e bem-estar
Acústico	Nível sonoro de exposição diária (LEX,8h): ≤ 80 dB(A) Tempo de reverberação (500–2kHz): ≤ 1,5 s RASTI ≥ 0,45 (inteligibilidade da palavra) Ruído de fundo ≤ 40 dB	<input type="checkbox"/> A maioria das instalações apresenta valores acima dos limites legais → má inteligibilidade e elevada reverberação.	Ruído elevado provoca stress, fadiga, irritabilidade e perda auditiva; compromete a comunicação pedagógica e o rendimento.
Higrotérmico	Temperatura interior: 18–20°C (inverno), 20–24°C (verão) Humidade relativa: 50–60% Velocidade do ar: ≤ 2 m/s	<input type="checkbox"/> Temperatura média ≈ 13°C (igual ao exterior) → ausência de isolamento térmico. <input type="checkbox"/> Humidade relativa ≈ 71–72%, acima do ideal.	Desconforto térmico e risco de problemas circulatórios, respiratórios e musculares; fadiga e diminuição da destreza.
Ventilação / Qualidade do ar	Renovação do ar adequada (1,5–3 renovações/hora)	<input type="checkbox"/> Ventilação insuficiente; pouca renovação do ar, apesar da velocidade do ar adequada.	Pode causar ar viciado, concentração de CO ₂ e odores, prejudicando a saúde respiratória.
Luminosidade	Iluminação natural e artificial: 400–500 lux. Preferência por luz natural controlada.	<input type="checkbox"/> Distribuição irregular da luz, encadeamento ou falta de iluminação; dependência excessiva da luz artificial.	Dificulta a visibilidade, aumenta a fadiga ocular e reduz a segurança e o conforto visual.
Outros parâmetros (não desenvolvidos, mas relevantes)	Pavimento, coloração, geometria, acessibilidade e segurança.	<input type="checkbox"/> Vários pavimentos degradados e barreiras arquitetónicas detetadas (42% das instalações).	Risco de lesões, exclusão de alunos com mobilidade reduzida e baixa percepção de conforto global.
Índice Global de Conforto (ICG)	Escala de 0–20 valores: <5 = má instalação 5–10 = medíocre 10–14 = suficiente 14–17 = boa >17 = excelente	<input type="checkbox"/> A maioria das instalações foi classificada como “medíocres ou suficientes” — apresentando pouco conforto global para a prática física e a lecionação.	Indica défice de qualidade ambiental e impacto negativo no bem-estar e desempenho de alunos e professores.

Síntese interpretativa

Carla Barreira conclui que os Parques Desportivos Escolares apresentam, em geral, condições ambientais medíocres, com problemas de acústica, temperatura e humidade, que afetam a saúde física e mental dos utilizadores e o rendimento pedagógico.

Defende a criação de normas específicas e valores de referência para o projeto, reabilitação e manutenção das instalações escolares.

Classificação global segundo o Índice de Conforto Global (ICG)

- < 5 valores: má instalação
- 5–10 valores: medíocre
- 10–14 valores: suficiente
- 14–17 valores: bom conforto global
- > 17 valores: excelente conforto

A maioria das instalações escolares avaliadas situou-se entre “**medíocre**” e “**suficiente**”, confirmando carências estruturais com impacto direto na saúde, segurança e aprendizagem.

Síntese estratégica

- O futuro da Educação Física passa por um modelo híbrido que une o melhor dos dois mundos:
- Infraestruturas seguras e requalificadas, de acordo com os critérios de conforto e saúde de Carla Barreira;
- E integração regular da infraestrutura verde, como contexto de aprendizagem ativa, sustentável e inclusiva.

**DIRETRIZES EM
EDUCAÇÃO FÍSICA
DE QUALIDADE
(EFQ)**

Análise SWOT – Educação Física Ecológica (Infraestrutura Verde) vs. Parques Desportivos Escolares Tradicionais

Dimensão	Forças (Vantagens)	Fraquezas (Desvantagens)	Oportunidades
Saúde e bem-estar	Infraestrutura verde promove exposição à luz natural, ar puro, contacto com a natureza, reduz stress e melhora o humor. Favorece o movimento funcional e adaptativo, com benefícios cardiovasculares e psicológicos.	Parques desportivos apresentam temperaturas baixas (13°C), humidade elevada (71%) e ruído excessivo (>80dB) — segundo Barreira, estas condições comprometem a saúde e o rendimento.	Adoção de políticas escolares que integrem aulas outdoor e atividades físicas em contacto com a natureza.
Conforto e qualidade ambiental	Espaços exteriores oferecem conforto sensorial natural, ventilação e iluminação adequadas. Não requerem climatização artificial.	As infraestruturas fechadas carecem de isolamento térmico e acústico, ventilação deficiente e ar viciado (CO ₂ e odores).	Possibilidade de requalificar parques desportivos com soluções bioclimáticas (ventilação natural, luz natural, painéis solares, vegetação envolvente).
Dimensão pedagógica	A infraestrutura verde permite aprendizagem situada e interdisciplinar, explorando o território, a sustentabilidade e a relação corpo-natureza. Promove autonomia, criatividade e cidadania ecológica.	O parque desportivo tende a reproduzir o modelo técnico-desportivo, centrado na performance e na repetição, menos adaptável e criativo.	Integração da EF com Ciências Naturais, Cidadania e Desenvolvimento, e Educação Ambiental.
Inclusão e equidade	Qualquer espaço verde pode ser acessível e adaptável; reduz desigualdades no acesso ao exercício físico.	Muitas instalações desportivas apresentam barreiras arquitetónicas (42%), limitando o acesso de alunos com deficiência.	Criação de percursos inclusivos e adaptados em espaços verdes, com valor terapêutico e comunitário.
Sustentabilidade e cidadania ambiental	A prática ao ar livre reforça a ligação afetiva ao território e estimula comportamentos de responsabilidade ambiental.	As práticas indoor têm maior pegada energética e menor ligação ecológica.	Possibilidade de transformar a EF em laboratório de sustentabilidade (ODS 3, 4, 11 e 13).
Síntese global	Infraestrutura verde: mais saudável, sustentável e humanista. Parque desportivo: seguro, estruturado, mas ambientalmente pobre.	Infraestrutura verde: dependente do clima e da planificação. Parque desportivo: garante rotina, mas pode ser tóxico ou desconfortável.	O equilíbrio ideal é um modelo híbrido — infraestrutura verde como extensão natural do parque desportivo.

Síntese interpretativa

A Educação Física enfrenta uma paradoxa pedagógica:

Pretende promover saúde e bem-estar, mas muitas vezes ocorre em espaços que comprometem esses mesmos objetivos.

A infraestrutura verde surge como alternativa e complemento — saudável, ecológica e educativa — que pode transformar o território em espaço de aprendizagem e cidadania.

Contudo, esta transição exige mudança de cultura, planeamento e formação docente.

Reflexão Final:

Disciplina de Educação Física.

A expressão “parente pobre” reflete a desvalorização estrutural e funcional da Educação Física (EF) face a outras áreas do sistema educativo e ao próprio sistema desportivo.

Educação Física	Parente Pobre do Sistema Desportivo	Parente Pobre do Sistema Educativo
Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira. RIO MAIOR	<p>Infraestrutural e material</p> <p>A maioria das instalações disponíveis em Rio Maior são de base especializada (pistas, piscinas, relvados, ténis), vocacionadas para clubes e competições, e não de base formativa, como exige o Decreto-Lei n.º 317/97.</p> <p>Isto significa que a EF escolar não dispõe de espaços próprios, adequados e contínuos, ficando dependente de infraestruturas concebidas para o espetáculo e para o rendimento desportivo.</p> <p>Além disso, as poucas estruturas cobertas — como o ginásio escolar — são descritas como insuficientes, pequenas, mal equipadas e sobrecarregadas, o que compromete a qualidade pedagógica e o tempo útil de prática dos alunos.</p> <p>O Ginásio é um espaço que oferece bom conforto acústico e piso de qualidade.</p>	<p>Organizacional e de gestão</p> <p>A “Proposta 2025” denuncia que as escolas não têm prioridade na utilização dos espaços desportivos municipais, sendo frequentemente obrigadas a desocupar instalações quando clubes ou seleções pagam pela sua utilização.</p> <p>Esta inversão de prioridades mostra que a <u>Educação Física escolar não é reconhecida como um direito educativo essencial</u>, mas sim como uma atividade subsidiária do sistema desportivo profissional.</p> <p>Além disso, a gestão horária e financeira é feita sem sensibilidade para as necessidades pedagógicas da disciplina, dificultando a concretização dos programas e a equidade entre turmas.</p>
	<p>Cultural e simbólica</p> <p>Existe uma baixa sensibilidade institucional para o valor educativo e formativo da EF. Enquanto o desporto de competição é visto como prestígio e espetáculo, a EF é percecionada como uma “atividade acessória”, quando deveria ser pilar da literacia física e da saúde pública.</p> <p>Assim, o sistema educativo e o sistema desportivo colocam o rendimento acima da formação integral, relegando a EF escolar para um papel secundário e subsidiário. A EF é desalojada do seu espaço sempre que o espaço é requisitado para estágios, treinos ou jogos do circuito federado.</p> <p>Esta realidade contradiz os princípios da Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei n.º 1/90) e os objetivos da literacia física, que reconhecem a Educação Física como componente essencial da formação integral dos alunos.</p> <p>A Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei n.º 1/90, art.º 36.º) estabelece que o Estado e as autarquias devem garantir infraestruturas desportivas adequadas, assegurando o acesso equitativo de escolas e coletividades.</p>	<p>Síntese crítica</p> <p>A Educação Física é o “parente pobre” porque:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Não dispõe de infraestruturas formativas adequadas;<input type="checkbox"/> Tem acesso condicionado às existentes;<input type="checkbox"/> tem sido subfinanciada em materiais e equipamentos, não sendo contemplada com as verbas necessárias para renovação de material desportivo que atingiu um ponto de deterioração;<input type="checkbox"/> Não é priorizada na gestão do espaço e do tempo escolar (Horários escolares). <p>Estas duas leis não são efetivamente cumpridas no terreno: as escolas continuam a funcionar com infraestruturas insuficientes, horários desajustados e recursos limitados, o que contraria os princípios legais de igualdade de oportunidades e de educação integral.</p> <p>De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86), o sistema educativo português deve promover o desenvolvimento integral da pessoa, incluindo a dimensão física e motora (artigos 2.º, 3.º e 7.º). A Educação Física é, por isso, parte integrante e obrigatória da formação global, ao serviço da saúde, da cooperação e da cidadania. Infelizmente não passam de declarações de intenção não operacionalizadas por quem de direito.</p>

Análise Crítica

O Paradoxo da “Cidade do Desporto”

Supostamente, Rio Maior, enquanto “Cidade do Desporto”, deveria constituir-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento do desporto formal, não formal, informal e da Educação Física.

A vasta rede de equipamentos desportivos municipais, o prestígio do Complexo Desportivo de Rio Maior e a presença de instituições de formação superior na área (como o Politécnico de Santarém e a Escola Superior de Desporto) criam a percepção de um território exemplar no domínio da prática física e desportiva.

Contudo, quando a análise se aprofunda — sustentada pelo conhecimento técnico e pela experiência prática docente — emergem múltiplas limitações e constrangimentos que desmentem esta imagem idealizada.

Apesar do acesso potencial a uma grande diversidade de infraestruturas, os professores de Educação Física da ESDACSF não se sentem privilegiados nem reconhecem um contexto favorável à qualidade pedagógica da disciplina.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

O funcionamento real revela dificuldades na gestão e cedência dos espaços, carência de material desportivo, sobrelocação horária dos pavilhões, e falta de continuidade didática devido à instabilidade na utilização das instalações.

A coexistência de interesses federativos, municipais e escolares gera sobreposição de prioridades e, por vezes, subordina a Educação Física curricular às dinâmicas do desporto federado.

Assim, Rio Maior apresenta um **paradoxo estrutural**: dispõe de uma infraestrutura desportiva notável, mas enfrenta constrangimentos pedagógicos, logísticos e organizacionais que limitam o pleno desenvolvimento de uma Educação Física de qualidade.

Este cenário evidencia a necessidade de uma governação integrada do sistema desportivo local, que articule de forma equilibrada o ensino formal, o desporto federado e a utilização comunitária das infraestruturas, assegurando equidade de acesso, sustentabilidade e coerência educativa.

Análise Crítica

O Paradoxo da “Cidade do Desporto”

Porém, no caso específico da Educação Física, as dificuldades que enfrenta advém também das suas próprias escolhas, o seu referencial axiológico:

- Vinculação Total com o Desporto (Matérias)

As **Aprendizagens Essenciais da Educação Física** baseiam o seu Conteúdo Pedagógico (CP) no trabalho de Daryl Siedentop que propôs o desporto como uma matéria de ensino na Educação Física o qual simula aspectos contextuais chave do desporto. A designação deste Modelo Curricular designava-se por **Educação Desportiva** (atualmente escutamos o termo **Literacia Desportiva**).

Porém, como podemos concluir que, mesmo na “Cidade do Desporto”, que supostamente representa um referencial nacional a nível do investimento em infraestruturas desportivas, e seria o paraíso para a implementação das AEEF, os constrangimentos manifestam-se e a insatisfação e frustração prevalece nos Professores de EF das várias escolas utilizadoras.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE (EFQ)

Como tal, facilmente se depreende, mesmo para aqueles mais resistentes a uma mudança de paradigma da EF, que a vinculação total das AEEF ao modelo desportivo coloca sempre os Prof. de EF numa situação de desvantagem (*“Parente Pobre”* do Sistema Educativo e do Sistema Desportivo) e contante frustração.

A solução passa por encontrar um novo referencial axiológico para a EF, onde a motricidade humana tenha espaço para florescer sem a co-dependência estrutural de espaços desportivos altamente codificados. Ou seja, qualquer espaço tem potencial educativo e didático para o movimento e Exercício Físico porque, como afirma Jean LeBoulch, o conceito de aprendizagem de um movimento desportivo em si, não tem razão de ser, tanto pode ser esse como outro qualquer. A EF precisa sempre de espaços interiores porém, deixa de se lamentar com a falta de redes transversais, ou tabelas, ou outros recursos porque existem dezenas de alternativas, jogos sem bola e dinâmicas que criam mais satisfação nos alunos.

A EF não tem que se confundir com a iniciação à prática desportiva (competitiva) e o seu corolário, a aprendizagem de gestos específicos. O objetivo último da EF é a literacia física diferente de literacia desportiva, podendo inclui-la.